



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

RONIELLE BATISTA OLIVEIRA SANTOS

ESTUDO DA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE
JOVENS E ADULTOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: ESTUDO DE CASO DO
CURSO DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL/CAMPUS ARACAJU

ARACAJU

2024

RONIELLE BATISTA OLIVEIRA SANTOS

**ESTUDO DA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE
JOVENS E ADULTOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: ESTUDO DE CASO DO
CURSO DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL/CAMPUS ARACAJU**

Dissertação apresentada como requisito
para defesa no Mestrado Profissional do
Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica do
Instituto Federal de Sergipe.

Área de Concentração: Educação
Profissional e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. José Espínola da
Silva Júnior

Co orientadora: Prof. Dra. Elza Ferreira

ARACAJU

2024

S237e Santos, Ronielle Batista Oliveira.
Estudo da permanência de alunos na educação profissional de jovens e adultos integrado ao ensino médio: estudo de caso do curso desenho de construção civil/Campus Aracaju. / Ronielle Batista Oliveira Santos. – Aracaju, 2024.
109f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientador: Prof. Dr. José Espínola da Silva Júnior.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Educação – Curso Técnico. 3. Educação - PROEJA. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Silva Júnior, José Espínola da. III. Título.

CDU: 377.36

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

RONIELLE BATISTA OLIVEIRA SANTOS

**ESTUDO DA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE
JOVENS E ADULTOS INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: ESTUDO DE CASO DO
CURSO DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL/CAMPUS ARACAJU**

Dissertação apresentada como requisito
para defesa no Mestrado Profissional do
Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica do
Instituto Federal de Sergipe.

Área de Concentração: Educação
Profissional e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. José Espínola da
Silva Júnior

Co orientadora: Prof. Dra. Elza Ferreira

Defendida em: 24 / 04 / 2024

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
JOSE ESPINOLA DA SILVA JUNIOR
Data: 05/07/2024 09:57:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Espinola de Silva Junior



Documento assinado digitalmente
ELZA FERREIRA SANTOS
Data: 05/07/2024 14:54:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elza Ferreira Santos



Documento assinado digitalmente
LUIZ CARLOS PEREIRA SANTOS
Data: 06/07/2024 12:22:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Carlos Pereira Santos



Documento assinado digitalmente
MARILENE SANTOS
Data: 05/07/2024 12:42:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marilene Santos

ARACAJU

2024

RONIELLE BATISTA OLIVEIRA SANTOS

**TUTORIA E PRÁXIS: UM CAMINHO PARA FORTALECER O PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM DESENHO E CONSTRUÇÃO
CIVIL NA EJA DO CAMPUS ARACAJU DO IFS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ESPINOLA DA SILVA JUNIOR**
Data: 05/07/2024 09:57:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Espinola de Silva Junior

Documento assinado digitalmente
 **ELZA FERREIRA SANTOS**
Data: 05/07/2024 14:54:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elza Ferreira Santos

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ CARLOS PEREIRA SANTOS**
Data: 06/07/2024 12:37:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Carlos Pereira Santos

Documento assinado digitalmente
 **MARILENE SANTOS**
Data: 05/07/2024 12:42:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marilene Santos

ARACAJU

2024



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
IFS	Instituto Federal de Sergipe
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecimento

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) por proporcionar um ambiente acadêmico rico e estimulante, onde pude desenvolver minha pesquisa. A excelência e o comprometimento da instituição com a educação profissional e tecnológica são fundamentais para o avanço dessa área de conhecimento.

Um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, que me acolheu e ofereceu recursos valiosos para a realização deste estudo. A oportunidade de participar deste Mestrado Profissional foi crucial para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Expresso minha sincera gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. José Espínola da Silva Júnior, cuja expertise, orientação e paciência foram fundamentais em cada etapa deste trabalho.

À minha co orientadora, Prof. Dra. Elza Ferreira, agradeço pela sabedoria e apoio que enriqueceram significativamente este trabalho. Sua dedicação e empenho em me guiar através deste processo foram de imensa valia. Sua capacidade de me desafiar e ao mesmo tempo me apoiar foi essencial para que eu pudesse superar as dificuldades encontradas durante a pesquisa.

Um agradecimento especial aos meus colegas de curso, principalmente aos que tiveram comigo nas madrugadas buscando vencer os desafios propostos pela caminhada, um agradecimento especial à Coordenação de Registro Escolar, pelo suporte e pela disponibilização dos dados que foram cruciais para a análise desta dissertação, agradecer a coordenação do programa, as orientações e suportes foram sem dúvidas, uma ponte que me trouxe até aqui. A colaboração de todos foi indispensável para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores e estudantes do Curso Técnico em Desenho Civil, Campus Aracaju, que participaram deste estudo, minha gratidão. Sem a disposição de vocês em compartilhar suas experiências, seria impossível compreender os desafios e as motivações que cercam a permanência dos alunos na educação profissional.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha família pelo amor, encorajamento e suporte incondicionais. Vocês foram minha fonte de força e inspiração durante todo este percurso.

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que acreditam na transformação por meio da educação e persistem diariamente para superar obstáculos em busca de um futuro melhor.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral compreender os motivos que impulsionam os alunos a permanecerem no Curso Técnico em Desenho Civil no Campus Aracaju, uma iniciativa vinculada ao PROEJA. Para tal, o estudo se propõe a investigar o perfil estudantil, as práticas pedagógicas favoráveis à permanência dos discentes e elaborar um material informativo que destaque a história do curso e experiências positivas dos alunos. A questão norteadora da pesquisa indaga o porquê da decisão dos alunos em concluir o curso, superando desafios e obstáculos. Utilizando a Análise Textual Discursiva (ATD) como metodologia, este estudo se debruça sobre a análise de discursos para decifrar as complexidades que cercam a permanência dos alunos no curso mencionado. A pesquisa revelou que estratégias de divulgação e uma são relevantes na manutenção do interesse e da participação dos alunos. Além disso, enfrentamos desafios pedagógicos significativos, como a falta de material didático adequado e a necessidade de uma capacitação contínua para professores, que demandam soluções adaptativas para superá-los. Os resultados também enfatizam a importância de construir um sentido de pertencimento e identidade institucional entre os alunos, muitos dos quais enfrentam estigmas e sentem-se marginalizados. O engajamento em projetos colaborativos e a integração à comunidade escolar mostraram-se estratégias eficazes para fomentar a retenção dos estudantes. Quantitativamente, os dados apresentados pela Coordenação de Registro Escolar (CRE) apontam uma preocupante taxa de evasão e cancelamento ao longo dos anos, com uma ligeira melhoria em 2020, mas ainda assim, um cenário desafiador permanece. A análise de perfis de alunos individuais revelou que, apesar das adversidades socioeconômicas e das barreiras à educação, a motivação para melhorar as perspectivas de emprego e a dedicação ao curso são notáveis entre os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Educação Profissional e Tecnológica; Curso técnico; Proeja; Permanência.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the reasons that drive students to remain in the Technical Course in Civil Drawing at the Aracaju Campus, an initiative linked to PROEJA. To this end, the study intends to investigate the student profile, pedagogical practices favorable to the students' retention, and develop informational material that highlights the course's history and positive student experiences. The guiding question of the research asks why students decide to complete the course, overcoming challenges and obstacles. Using Discursive Textual Analysis (DTA) as a methodology, this study focuses on analyzing discourses to decipher the complexities surrounding the students' persistence in the mentioned course. The research revealed that dissemination strategies are relevant in maintaining students' interest and participation. Moreover, significant pedagogical challenges are faced, such as the lack of adequate didactic material and the need for continuous training for teachers, which demand adaptive solutions to overcome them. The results also emphasize the importance of building a sense of belonging and institutional identity among students, many of whom face stigmas and feel marginalized. Engagement in collaborative projects and integration into the school community have proven to be effective strategies for fostering student retention. Quantitatively, the data presented by the School Registry Coordination (SRC) point to a worrying rate of dropout and cancellation over the years, with a slight improvement in 2020, but still, a challenging scenario remains. The analysis of individual student profiles revealed that, despite socioeconomic adversities and barriers to education, the motivation to improve employment prospects and dedication to the course are notable among students.

KEYWORDS: Teaching; Professional and Technological Education; Technical course; Proeja; Persistence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O PROEJA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	16
3 PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	27
4 PROEJA NA REDE FEDERAL	36
5 MATERIAIS E MÉTODOS	42
5.1 ESPAÇO AMOSTRAL DA PESQUISA	42
5.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA	49
5.3 FASES DA PESQUISA	49
5.3.1 Sondagem bibliográfica e planejamento	50
5.3.2 Visitas às turmas e acolhimento	51
5.3.3 Apresentação da pesquisa e questionário	51
5.3.4 Análise dos dados	54
6 PRODUTO EDUCACIONAL	57
7 ANÁLISE DE DADOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	59
7.1 Estratégias de Divulgação e Recepção	59
7.2 Desafios Pedagógicos e Soluções Adaptativas	59
7.3 Construindo um Sentimento de Pertencimento e Identidade Institucional	60
7.3.1 Perfil dos alunos	65
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO	76
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	78
APÊNDICE C – FOLDER	80

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe investigar a permanência dos alunos no Curso Técnico em Desenho de Construção Civil, oferecido pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional (PROEJA), no *Campus Aracaju*. O foco central recai sobre os fatores que influenciam a decisão dos estudantes de concluírem o curso, mesmo diante de desafios e adversidades.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente o PROEJA, desempenha um papel fundamental na formação de jovens e adultos trabalhadores, proporcionando uma abordagem integrada entre ensino técnico e educação básica. Nesse contexto, compreender os motivos que levam os estudantes a persistirem no Curso Técnico em Desenho Civil torna-se importante para a eficácia desse modelo educacional.

O objetivo central desta pesquisa é compreender os motivos que impulsionam os alunos a permanecerem no Curso Técnico em Desenho Civil no Campus Aracaju, uma iniciativa vinculada ao PROEJA. Para tal, o estudo se propõe a investigar o perfil estudantil, as práticas pedagógicas favoráveis à permanência dos discentes e elaborar um material informativo que destaque a história do curso e experiências positivas dos alunos.

Diante do exposto, a questão central que norteia esta pesquisa é: Por que os alunos do Curso Técnico em Desenho Civil, vinculado ao PROEJA no Campus Aracaju, decidem concluir o curso, superando desafios e obstáculos?

A conclusão do Curso Técnico em Desenho Civil, vinculado ao PROEJA no Campus Aracaju, pelos alunos que enfrentam e superam inúmeros desafios e obstáculos, merece uma justificativa aprofundada devido à complexidade e multiplicidade de fatores envolvidos nesse processo. Diferentemente do que se possa imaginar, a conclusão de um curso técnico em um programa destinado a jovens e adultos que retornam à educação não é um resultado automático ou facilmente esperado. Pelo contrário, essa trajetória educacional é marcada por diversas barreiras que tornam o sucesso acadêmico algo a ser celebrado e compreendido em suas nuances.

Em primeiro lugar, é importante considerar a motivação pessoal e profissional dos alunos. Muitos dos estudantes que ingressam no PROEJA têm uma forte determinação em transformar suas vidas. Para esses indivíduos, a busca por um diploma técnico é mais do que uma simples continuidade de estudos; é uma oportunidade de alcançar melhores condições de vida e oportunidades no mundo do trabalho. A educação técnica oferece a promessa de emprego mais qualificado e, conseqüentemente, uma melhoria significativa em termos de renda e qualidade de vida. Essa perspectiva atua como um poderoso motor de persistência, incentivando os alunos a continuarem, mesmo diante das adversidades.

Além disso, os desafios pessoais enfrentados pelos alunos do PROEJA são significativos. Muitos desses estudantes são adultos que já assumiram responsabilidades familiares e profissionais, o que implica uma carga de trabalho e deveres domésticos que competem diretamente com as demandas acadêmicas. Alguns podem ter enfrentado interrupções educacionais prolongadas, resultando em uma lacuna considerável em suas formações escolares. A decisão de retomar os estudos, portanto, exige uma enorme resiliência e capacidade de gerenciamento do tempo, além de um esforço contínuo para equilibrar as múltiplas responsabilidades.

O ambiente de apoio oferecido pelo Campus Aracaju desempenha um papel crucial nesse processo. Professores dedicados e recursos educacionais adequados fornecem um alicerce essencial para o sucesso dos alunos. Além disso, o apoio psicológico e emocional é um fator vital. A criação de um ambiente acolhedor e solidário, onde os alunos se sentem valorizados e apoiados, contribui significativamente para a sua motivação e capacidade de superar dificuldades. Esse apoio institucional pode ser o diferencial que permite que muitos alunos continuem seus estudos e, eventualmente, concluam o curso.

A relevância prática do curso de Desenho Civil também não pode ser subestimada. Os alunos percebem a aplicação imediata e concreta das habilidades que estão adquirindo, o que reforça o valor de sua educação e a ligação direta entre o aprendizado e as oportunidades de emprego. Ver um retorno direto do investimento educacional no mundo do trabalho atua como um incentivo poderoso para a conclusão do curso.

Por fim, a comunidade formada entre os alunos do PROEJA é um elemento de suporte inestimável. A interação e o apoio mútuo entre colegas de classe criam uma rede de suporte emocional e acadêmico que encoraja os alunos a persistirem. Saber

que não estão sozinhos em suas lutas e que outros compartilham suas experiências fortalece a determinação coletiva e individual de continuar e concluir o curso.

A decisão dos alunos do Curso Técnico em Desenho Civil, vinculado ao PROEJA no Campus Aracaju, de concluir seus estudos, superando inúmeros desafios, é resultado de uma combinação de motivação pessoal, suporte institucional, relevância prática do curso e a criação de uma comunidade de apoio. Esses fatores juntos proporcionam um ambiente onde os alunos podem enfrentar e superar obstáculos, culminando em sua realização acadêmica e profissional.

A persistência dos alunos na Educação Profissional de Jovens e Adultos (EPT) integrada ao Ensino Médio, revela-se como um desafio complexo. A escola desempenha um papel fundamental na construção humana, proporcionando práticas que viabilizam o exercício da cidadania e a formação omnilateral. No contexto da EPT, a formação busca articular conhecimento técnico, científico e cultural, alinhado às demandas do mundo do trabalho.

A EPT, conforme definido pela Resolução CNE/CP Nº 1, 2021, integra-se às dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia, organizando-se por eixos tecnológicos. Seus princípios envolvem a articulação com o setor produtivo, respeito à diversidade de ideias, valores éticos e estéticos, centralidade do trabalho como princípio educativo, estímulo à pesquisa, indissociabilidade entre educação e prática social, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização curricular.

A oferta da EPT nos Institutos Federais e Centros de Formação Tecnológica visa a proporcionar uma educação de qualidade para todas as classes sociais. No entanto, enfrenta o desafio de envolver a sociedade na compreensão e participação ativa no programa. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) destaca objetivos como formação profissional, desenvolvimento socioeconômico, integração entre níveis de ensino, excelência na oferta de ciências, pesquisa aplicada e estímulo ao empreendedorismo.

A modalidade PROEJA, integrada à EPT, surge como uma resposta à necessidade de formação técnica para jovens e adultos trabalhadores, com tempo escolar diferenciado. A proposta do PROEJA visa superar a tradição assistencialista da educação de jovens e adultos, promovendo uma formação integral que articula a formação humana e profissional.

Os desafios aumentam diante da realidade de um país capitalista, onde a educação muitas vezes é estagnada, e a tentativa de compilação do conhecimento se

depara com dificuldades. O PROEJA, criado em 2005, busca oferecer ensino técnico integrado para jovens e adultos trabalhadores, representando uma mudança na tradição educacional brasileira. Seu foco está na formação regular e técnica, promovendo a articulação entre formação humana e profissional, visando à autonomia dos cidadãos.

No contexto específico do curso de Desenho de Construção Civil no Campus Aracaju, a EPT enfrenta o desafio de atender a um público diversificado, composto por indivíduos fora da idade regular, com experiência prévia no mundo do trabalho. A metodologia do PROEJA necessita ser diferenciada, considerando a bagagem e a realidade dos alunos, tornando-os agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem.

Os alunos do Curso Técnico em Desenho Civil, vinculado ao PROEJA no Campus Aracaju, enfrentam uma série de percalços significativos que dificultam a conclusão de seus estudos. Esses obstáculos são multifacetados, abrangendo desde questões pessoais e socioeconômicas até dificuldades acadêmicas e institucionais. Cada um desses desafios contribui para a complexidade do trajeto educacional desses estudantes, tornando suas conquistas ainda mais dignas de reconhecimento.

Primeiramente, muitos alunos do PROEJA assumem responsabilidades familiares que competem diretamente com suas atividades acadêmicas. Esses estudantes, frequentemente adultos com famílias a seu encargo, precisam gerenciar o tempo entre os estudos e o cuidado com filhos e outras responsabilidades domésticas. O papel duplo de estudante e cuidador pode gerar uma sobrecarga significativa, resultando em estresse e esgotamento. A necessidade de atender às demandas de seus dependentes muitas vezes impede a dedicação integral aos estudos, fazendo com que os alunos tenham que sacrificar tempo precioso que poderia ser dedicado ao aprendizado e à conclusão de tarefas escolares.

Além das responsabilidades familiares, os compromissos profissionais representam outro grande desafio. A maioria dos alunos do PROEJA trabalha em tempo integral ou parcial para sustentar suas famílias e a si mesmos. Conciliar as longas horas de trabalho com as exigências do curso técnico pode ser extremamente desafiador. Os alunos chegam às aulas cansados após um dia inteiro de trabalho, e muitas vezes precisam escolher entre descansar ou estudar. Essa situação pode levar à exaustão física e mental, dificultando a assimilação do conteúdo e a realização das atividades acadêmicas com a devida atenção e qualidade.

As lacunas na formação educacional anterior dos alunos também representam um obstáculo significativo. Muitos dos estudantes do PROEJA tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas por longos períodos, resultando em deficiências no conhecimento básico necessário para acompanhar o curso técnico. A retomada dos estudos após anos ou até décadas pode ser intimidante, exigindo um esforço extra para lembrar ou aprender conceitos fundamentais que outros alunos mais jovens já dominam. Essa situação pode gerar sentimentos de insegurança e frustração, dificultando ainda mais a jornada acadêmica.

As condições socioeconômicas desfavoráveis também desempenham um papel crucial nos desafios enfrentados pelos alunos. A falta de recursos financeiros pode limitar o acesso a materiais de estudo adequados, transporte e alimentação. Além disso, a insegurança financeira pode gerar um estresse constante, afetando a concentração e o desempenho acadêmico. A precariedade econômica muitas vezes obriga os alunos a priorizar a sobrevivência imediata em detrimento dos estudos, prolongando o tempo necessário para a conclusão do curso ou até mesmo levando ao abandono escolar.

Dificuldades acadêmicas específicas também podem surgir ao longo do curso. O conteúdo técnico em Desenho Civil é complexo e requer um entendimento sólido de matemática, física e habilidades práticas específicas. Para muitos alunos, acompanhar o ritmo das aulas e dominar esses conteúdos pode ser desafiador, especialmente se não possuem uma base sólida nas disciplinas científicas. A necessidade de se adaptar a novas tecnologias e softwares específicos da área também pode ser uma barreira significativa.

As limitações institucionais podem agravar esses percalços. A disponibilidade e qualidade do apoio oferecido pelo campus, incluindo recursos de aprendizagem, suporte psicológico e orientação acadêmica, são cruciais para ajudar os alunos a superar os desafios. No entanto, restrições orçamentárias e estruturais podem limitar a eficácia desse apoio, deixando os alunos sem o suporte necessário para lidar com suas dificuldades.

Portanto, a conclusão do Curso Técnico em Desenho Civil pelo PROEJA no Campus Aracaju não é um feito trivial. Os alunos enfrentam uma combinação complexa de responsabilidades familiares e profissionais, lacunas educacionais, condições socioeconômicas adversas, desafios acadêmicos específicos e limitações institucionais. Cada um desses percalços adiciona uma camada de dificuldade à

jornada educacional dos estudantes, tornando suas conquistas particularmente notáveis e dignas de reconhecimento.

Assim, diante dos percalços, a persistência dos alunos na EPT, especialmente no PROEJA, é importante para a formação de cidadãos autônomos e qualificados para o mundo do trabalho, promovendo uma educação profissional e tecnológica contextualizada, flexível e alinhada às necessidades da sociedade.

A relevância pessoal desta pesquisa reside na relação da minha trajetória com a temática desta pesquisa. Minha graduação foi realizada na Universidade Federal de Sergipe. Ingressei no curso de Letras Língua Portuguesa, tendo a certeza de que meu futuro profissional estaria voltado para a educação, comprometendo-me a oferecer uma educação de qualidade.

Iniciei o curso em 2014, com uma idade um pouco avançada, já com meus 26 anos de idade e, concluí a graduação em 2018, no prazo estabelecido de 4 anos. As coisas começaram a fluir naturalmente, superando obstáculos com minha determinação em recuperar o tempo perdido.

Após a conclusão da graduação, busquei uma especialização na área. Em 2019, iniciei a especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa na Universidade Estácio de Sá, concluindo-a em meados de 2020 com a defesa do TCC sobre Andragogia, orientada pela professora Mestra Cristiane de Souza.

Encantada com o aprendizado, busquei uma segunda graduação em Pedagogia no ano de 2020 na Faculdade Jardins, inicialmente presencial, mas devido à pandemia, ocorreu de forma online. Paralelamente, iniciei uma segunda pós-graduação em Docência com ênfase na Educação Inclusiva oferecida pelo IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais), *Campus Arcos*.

Diferentemente das experiências anteriores, essa pós-graduação incluía a criação e publicação de um produto educacional. Concluí essa especialização em 2020, publicando um artigo sobre abordagens práticas na identificação de problemas no processo de ensino-aprendizagem do aluno adulto com dislexia, que trouxe como produto educacional um vídeo, trazendo como convidada uma especialista na área que estávamos pesquisando, tirando dúvidas e falando um pouco sobre dislexia na idade adulta.

Ao compreender meu papel como educadora, decidi dedicar-me às turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde 2017, ano que iniciei atuando diretamente com essa modalidade, podendo acompanhar os desafios, mas também as vibrações

das conquistas . Diante desse desafio, desenvolvi projetos de leitura e permanência na escola, visando compreender e atender esses alunos, proporcionando-lhes um ambiente acolhedor e inclusivo.

Essa pesquisa é cientificamente relevante, pois a compreensão dos fatores que impactam a permanência dos alunos nesse contexto educacional pode refletir para o aprimoramento de políticas e práticas educacionais, contribuindo para a redução da evasão escolar e para a melhoria da qualidade do ensino.

A justificativa científica para essa pesquisa se baseia na importância de compreender e abordar os desafios enfrentados pelos alunos da EJA, que muitas vezes precisam conciliar estudos, trabalho e responsabilidades familiares. Além disso, a investigação dos fatores específicos relacionados ao curso de Desenho Civil pode fornecer informações valiosas para aprimorar a estrutura curricular, as metodologias de ensino e o suporte aos estudantes, visando a promoção do sucesso acadêmico e profissional.

A relevância científica dessa pesquisa também está associada à sua contribuição para a construção de conhecimento no campo da educação profissional e tecnológica, bem como para o aperfeiçoamento das políticas educacionais voltadas para a EJA. Ao analisar a persistência dos alunos nesse contexto específico, a pesquisa pode oferecer subsídios para a implementação de ações que favoreçam a inclusão, a retenção e o êxito dos estudantes, alinhando-se aos objetivos de promoção da equidade e da formação de profissionais qualificados.

Do ponto de vista social, a pesquisa contribui para a compreensão dos mecanismos que impactam a efetividade da EPT na formação de cidadãos aptos para o mundo do trabalho. Cientificamente, a investigação busca preencher lacunas na literatura existente, fornecendo uma análise sobre a permanência dos alunos no PROEJA.

A análise da permanência dos alunos no PROEJA é necessária por diversas razões tanto do ponto de vista social quanto científico. Essa investigação é essencial para a compreensão dos mecanismos que afetam a efetividade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na formação de cidadãos aptos para o mundo do trabalho e para preencher lacunas na literatura existente sobre o tema. Vamos explorar esses pontos em mais detalhes.

Do ponto de vista social, a pesquisa contribui significativamente para a compreensão dos fatores que influenciam a retenção e o sucesso dos alunos no

PROEJA. Este programa é destinado a jovens e adultos que, por diversos motivos, não completaram a educação básica na idade apropriada e buscam agora, através da EPT, melhorar suas qualificações e, conseqüentemente, suas condições de vida. Compreender os mecanismos que afetam a permanência dos alunos permite identificar os obstáculos que eles enfrentam e as necessidades específicas desse grupo. Isso inclui questões relacionadas às responsabilidades familiares, compromissos profissionais, lacunas educacionais anteriores, condições socioeconômicas desfavoráveis e desafios acadêmicos específicos. Ao identificar e analisar esses fatores, a pesquisa pode fornecer insights valiosos para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, promovendo uma maior equidade e justiça social.

A permanência dos alunos no PROEJA também está diretamente relacionada à sua capacidade de se tornarem cidadãos ativos e produtivos no mundo do trabalho. A EPT tem um papel crucial na formação de uma força de trabalho qualificada, capaz de atender às demandas de um mundo do trabalho em constante evolução. Portanto, entender como e por que os alunos permanecem ou abandonam o curso ajuda a aprimorar os programas educacionais para garantir que eles estejam realmente preparando os alunos para as exigências do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

Cientificamente, a análise da permanência dos alunos no PROEJA busca preencher lacunas na literatura existente. A maioria dos estudos sobre educação profissional e tecnológica concentra-se em programas convencionais, com menos atenção dada a programas destinados a jovens e adultos que retornam à educação. Este grupo enfrenta desafios únicos que diferem dos alunos tradicionais, e há uma necessidade de uma compreensão mais aprofundada desses desafios para desenvolver intervenções eficazes. A pesquisa científica nesta área pode revelar novas informações sobre os fatores que influenciam a retenção e o sucesso dos alunos, contribuindo para o avanço do conhecimento acadêmico e fornecendo uma base sólida para futuras investigações e políticas educacionais.

Além disso, a análise da permanência dos alunos no PROEJA pode fornecer dados empíricos que ajudam a validar ou refutar teorias existentes sobre educação de jovens e adultos e educação profissional. Isso pode levar ao desenvolvimento de novos modelos teóricos que expliquem melhor a dinâmica da permanência e do

sucesso acadêmico neste contexto específico. Esses modelos podem, por sua vez, informar a prática educacional e a formulação de políticas, promovendo uma abordagem mais baseada em evidências para a educação profissional e tecnológica.

A dissertação se desenvolverá em seções que abordarão o contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a implementação do PROEJA, os desafios enfrentados por essa modalidade educacional, e uma análise dos fatores que influenciam a decisão dos estudantes de concluírem o Curso Técnico em Desenho Civil. Os resultados da pesquisa serão apresentados e discutidos, culminando em conclusões que visam contribuir para o aprimoramento do PROEJA e, conseqüentemente, para a formação omnilateral dos jovens e adultos trabalhadores.

2 O PROEJA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é um campo de estudo e prática educacional que apresenta complexas intersecções com questões de gênero, raça e classe. Essas interseções são fundamentais para compreender não apenas a história e o desenvolvimento da EJA, mas também os desafios e as oportunidades que ela oferece para promover a igualdade e a inclusão social.

Primeiramente, é importante reconhecer o contexto histórico e político em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se insere. Embora a redemocratização do Brasil tenha começado no final da década de 1980 e se consolidado no início dos anos 1990, o Decreto nº 5154/2004 e o Programa PROEJA surgiram em um período subsequente, refletindo os avanços democráticos e as lutas sociais que se intensificaram desde então. Movimentos sociais, organizações acadêmicas e sindicais continuaram a buscar um projeto societário mais justo e igualitário, influenciando a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a participação cidadã. Isso demonstra que a EJA não é apenas uma questão educacional, mas também uma resposta às demandas de inclusão social e participação cidadã (Azevedo, 2016).

Também apontamos o impacto do pensamento eurocêntrico na sociedade brasileira, que naturaliza relações sociais e estruturas de poder. Nesse sentido, a EJA desafia essa lógica ao oferecer oportunidades educacionais para grupos historicamente marginalizados, tornando-se uma ferramenta para desconstruir estereótipos e promover uma visão mais inclusiva da sociedade (Oliveira; Scopel, 2016).

A lógica neoliberal muitas vezes molda a educação para atender às demandas do capital, mas a EJA se posiciona como uma alternativa, proporcionando educação para aqueles que foram historicamente excluídos do sistema. Ela representa uma forma de resistência à desigualdade e à exclusão social (Barros; Cavalcanti, 2021).

A EJA ainda enfrenta desafios significativos em relação ao acesso e à conclusão da educação por jovens e adultos trabalhadores. Isso destaca a necessidade contínua de políticas educacionais inclusivas e eficazes que considerem as diferentes realidades e necessidades dos estudantes da EJA (Oliveira; Scopel, 2016).

Além disso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é apresentada como um campo de disputa. Embora tenha potencial para promover a inclusão social, sua efetivação muitas vezes depende de ações individuais e enfrenta resistência em algumas instituições. Isso ressalta a importância da persistência na luta pela EJA e pela integração da educação básica com a educação profissional (Ciavatta, 2016).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), como instituições de ensino voltadas para a educação profissional e tecnológica, são exemplos de lugares onde a efetivação da EJA pode enfrentar desafios significativos. Apesar do compromisso institucional com a inclusão e a promoção da educação para todos, a implementação prática da EJA nos IFs revela obstáculos que precisam ser superados para que seu potencial pleno seja alcançado.

Os Institutos Federais desempenham um papel vital na implementação do PROEJA, que busca integrar a educação básica com a educação profissional, oferecendo uma formação abrangente e significativa para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em idade apropriada. Contudo, essa missão enfrenta diversos desafios institucionais e sociais.

Em primeiro lugar, a questão dos recursos é um desafio constante. A implementação eficaz da EJA e do PROEJA requer investimentos substanciais em infraestrutura, materiais didáticos e formação continuada de professores. Em muitos IFs, esses recursos são limitados, o que pode afetar a qualidade do ensino oferecido e a capacidade de atender a todas as demandas dos alunos. A escassez de recursos dificulta a criação de ambientes de aprendizagem adequados e de suporte suficiente para os alunos que, muitas vezes, possuem necessidades específicas.

Além dos recursos, a resistência dentro das próprias instituições pode ser um obstáculo significativo. Essa resistência pode se manifestar de diversas formas, desde a falta de apoio administrativo e burocrático até atitudes negativas ou preconceituosas por parte de alguns membros da comunidade acadêmica. Professores e administradores podem, em alguns casos, não estar completamente convencidos da importância da EJA ou podem não estar preparados para lidar com as necessidades específicas desse grupo de alunos. Isso pode resultar em uma implementação superficial dos programas de EJA, que não atende plenamente às necessidades dos estudantes.

Outro desafio é a integração curricular entre a educação básica e a educação profissional. O PROEJA visa proporcionar uma formação que combine habilidades

técnicas com uma base sólida de conhecimentos gerais, preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício pleno da cidadania. No entanto, essa integração curricular exige uma abordagem pedagógica inovadora e flexível, que muitas vezes esbarra em currículos rígidos e tradicionais, além de exigências burocráticas que podem dificultar a implementação de mudanças necessárias.

É importante considerar as barreiras sociais e culturais enfrentadas pelos alunos da EJA. Muitos desses estudantes vêm de contextos socioeconômicos desfavorecidos e podem enfrentar preconceito ou discriminação tanto dentro quanto fora das instituições educacionais. Os IFs devem trabalhar ativamente para criar um ambiente inclusivo e acolhedor que reconheça e valorize a diversidade dos alunos e suas experiências. Isso inclui a promoção de políticas e práticas que combatam a exclusão e incentivem a participação ativa de todos os estudantes.

Na educação profissional, desenham-se múltiplas trajetórias marcadas por trajetos singulares e enfrentamentos inerentes às complexidades sociais e culturais que definem a experiência de jovens e adultos, detentores de rostos, histórias, cores e trajetórias sócio-étnico-raciais únicas (Arroyo, 2006). Em um contexto permeado pelas intersecções de raça, classe e gênero, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), se constitui como um espaço de possibilidades, em que o conhecimento assume a forma viva dos saberes produzidos nas lutas, na cultura e na resistência dos sujeitos da EJA.

Segundo Arroyo (2006) na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é fundamental desenvolver práticas pedagógicas relacionadas ao trabalho, à história, à segregação, à exclusão, à experiência, à cultura e à natureza. Todos esses elementos representam os saberes coletivos que os alunos adquirem por meio de suas experiências e lutas conjuntas, e na EJA, é necessário ensinar a contextualizá-los e organizá-los à luz do conhecimento histórico.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil enfrenta atualmente diversos desafios, especialmente devido à presença significativa de indivíduos com níveis de escolaridade muito baixos ou nulos. Essas pessoas, por várias razões, não tiveram oportunidades de frequentar a escola e foram excluídas do sistema educacional formal. No entanto, muitos desses sujeitos estão agora buscando recuperar seus direitos educacionais, frequentando aulas noturnas regulares, projetos de alfabetização e outras iniciativas. Isso se deve ao fato de que a necessidade de

educação se torna cada vez mais relevante em uma sociedade que valoriza a alfabetização e a tecnologia, as quais são essenciais para o acesso a empregos e a uma vida digna (Dallepiane, 2006)

A maioria dos alunos e educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está desempregada e são trabalhadores que tiveram poucas oportunidades ou nenhum tempo para frequentar a escola. Essas pessoas carregam consigo as cicatrizes profundas de uma história marcada pela falta de acesso à educação ou por experiências frustradas de educação interrompida. Ao ouvir esses indivíduos, é evidente que eles compartilham histórias de exclusão, vivenciando um estado de marginalização social devido à falta de educação formal. Além disso, eles têm uma forte ligação com o modelo de escola que os excluiu, ou seja, o tradicional sistema de ensino regular (Dallepiane, 2006).

A realidade da educação básica de jovens e adultos no Brasil é marcada por iniciativas fragmentadas, descontinuidades e desafios que demandam políticas públicas sólidas e perenes. Enquanto as demandas sociais por programas efetivos nesse campo crescem, é essencial que essas políticas se baseiem em princípios epistemológicos que reconheçam e respeitem as múltiplas dimensões dos adultos em processo de aprendizagem (Coelho e Gonçalves, 2012).

Diferentemente das instituições tradicionais de educação profissional e tecnológica, o PROEJA surge como uma proposta inovadora, enfrentando o desafio de integrar campos educacionais historicamente distantes: Ensino Médio, formação profissional técnica de nível médio e Educação de Jovens e Adultos. Este desafio implica não apenas em proporcionar a conclusão da educação básica, mas também em promover a integração socioeconômica de qualidade para esses grupos.

Instituído em 2005 pelo Decreto 5.478, o Programa de Integração da Formação Profissional na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) representa uma resposta do governo federal para atender à demanda de jovens e adultos que, por diferentes razões, não concluíram a educação básica na idade regular.

Anteriormente excluído da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devido a diversos fatores ao longo da história educacional do Brasil, o PROEJA visa proporcionar uma oportunidade renovada para esses alunos finalizarem seus estudos, oferecendo ensino técnico profissionalizante de nível médio. O PROEJA é reconhecido como uma iniciativa que avança na direção do ensino integrado, destacando-se pelo compromisso com a preservação da cultura dos trabalhadores,

formação dos sujeitos e a busca pela transformação social, conforme observado por Araujo (2014).

No panorama educacional contemporâneo, surgem desafios singulares que exigem abordagens inovadoras para promover a inclusão e o desenvolvimento integral de diversos segmentos da sociedade. Nesse contexto, destaca-se o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto 5.478 de 2005. Seu nome expressa claramente a proposta de integrar a última etapa da educação básica a uma formação profissional, visando atender jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental, mas ainda não obtiveram o Ensino Médio nem uma profissão técnica de nível médio (Amado, 2015).

Um dos pontos altos do programa é transformar a educação em uma experiência que vá além da mera transmissão de conhecimento. O PROEJA aspira a conferir ao aluno trabalhador uma posição ativa na sociedade, reconhecendo-o como sujeito de conhecimento e produtor ativo de saberes. Essa abordagem epistemológica visa não apenas à formação durante o curso, mas à transformação do indivíduo em um ser omnilateral, capaz de contribuir para a sociedade de maneira significativa (Arruda, 2018).

No entanto, o programa enfrenta desafios significativos, desde a integração efetiva desses campos educacionais até a transformação do PROEJA em uma política educacional pública do Estado brasileiro para a EJA. Além disso, o direito constitucional, de garantir acesso universal e qualificado à educação básica para todos os brasileiros, independentemente da origem socioeconômica, ressalta a importância de políticas estruturadas e implementadas ao longo do tempo (Castro; Machado e Vitorette, 2010).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com sua presença e experiência reconhecida, desempenha um papel importante nesse processo. No entanto, a falta de experiência específica na modalidade EJA indica a necessidade de capacitação e adaptação para atender às demandas únicas desse segmento (Di Pierro, Joia e Ribeiro, 2001).

O PROEJA, embora inovador, não está isento de críticas e desafios, especialmente em relação à sua implementação e adequação às particularidades da Rede Federal de EPT. A análise dessas questões ressalta a importância de abordagens cuidadosas e estudos profundos antes da introdução de iniciativas

educacionais inovadoras, garantindo que estejam alinhadas às normas vigentes e preparadas para enfrentar os desafios específicos de seu contexto de aplicação (Henrique, 2018).

O PROEJA emerge como uma resposta para abordar os desafios enfrentados no cenário educacional brasileiro, especialmente no que se refere ao Ensino Médio. A necessidade de articular a educação básica no país se justifica ao considerarmos a universalização alcançada no Ensino Fundamental, contrastada pela falta de qualidade, dualidade público versus privado e a oferta insuficiente no Ensino Médio (Moura, 2017).

Enquanto a universalização do Ensino Fundamental é uma realidade, a qualidade e a dualidade persistem como desafios. A falta de sentido e identidade no Ensino Médio brasileiro é evidente, refletida em uma oferta que não atende adequadamente à população. A concepção e o financiamento deficiente contribuem para essa falta de qualidade, resultando em um número crescente de adolescentes excluídos do Ensino Médio na faixa etária considerada "regular" (Santos, 2008).

A discussão sobre o Ensino Médio ganha destaque, especialmente em relação à atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A Proposta de Lei (PL) que redefiniu a Política Nacional do Ensino Médio no Brasil é o Projeto de Lei 5230/23, proposto pelo governo federal. Este projeto, em tramitação na Câmara dos Deputados, busca modificar aspectos como carga horária, disciplinas obrigatórias, formação de professores e itinerários formativos, em contraponto à reforma do ensino médio de 2017.

O PROEJA, ao abordar essas questões, surge como uma política pública de educação essencial. Sua proposta de integração da educação profissional ao Ensino Médio na modalidade EJA representa um avanço significativo na busca por uma formação integral e inclusiva. A necessidade de conferir sentido e identidade ao Ensino Médio, especialmente para jovens e adultos excluídos, é central para promover a equidade e a qualidade na educação brasileira (Moura, 2006).

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) surge como uma resposta significativa aos desafios enfrentados no cenário educacional brasileiro. Historicamente, a maioria dos Institutos não havia atuado na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) até o surgimento do PROEJA. O programa foi concebido com uma dupla finalidade: enfrentar as descontinuidades e voluntarismos que

marcavam a EJA no Brasil e integrar à educação básica uma formação profissional visando à integração socioeconômica de qualidade dos jovens e adultos (Moura e Henrique, 2012).

Um dos grandes desafios do PROEJA é integrar três campos da educação que historicamente não estavam muito próximos: o ensino médio, a formação profissional técnica de nível médio e a educação de jovens e adultos. Além disso, é desafiador fazer com que as ofertas resultantes do programa contribuam efetivamente para a melhoria das condições de participação social, política, cultural e no mundo do trabalho desses coletivos, evitando apenas produzir mais uma ação de contenção social (Coelho e Gonçalves, 2012).

O programa enfrenta desafios adicionais, como a transformação em política educacional pública do estado brasileiro e a utopia necessária para garantir, no futuro, o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica numa perspectiva politécnica ou tecnológica, com qualidade e de forma universalizada. O PROEJA aspira a uma mudança na denominação regular da EJA, buscando eliminar preconceitos e estigmatização associadas à modalidade (Coelho e Gonçalves, 2012).

As instituições federais de educação, incluindo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, desempenham um papel histórico nesse processo. Com sua presença em quase todos os estados da federação e a experiência reconhecida, essas instituições são fundamentais na fase inicial de implantação do PROEJA.

Entretanto, equívocos marcaram a gênese do programa. A imposição da oferta integrada ao ensino médio na modalidade EJA, sem a devida preparação e formação de docentes, representou um desafio significativo. A falta de um corpo docente capacitado para atuar especificamente na Educação de Jovens e Adultos e no ensino médio propedêutico integrado à educação profissional trouxe limitações ao processo.

A exigência de reservar 10% de todas as vagas anuais destinadas aos cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia para o PROEJA, conforme estabelecido no Decreto Nº 5.478/2005, sem uma preparação adequada, revelou-se impraticável diante da incapacidade da Rede Federal de EPT de atender plenamente à demanda nacional. A implementação isolada do programa na Rede Federal resultou em dificuldades operacionais e na não consecução dos objetivos propostos (Coelho e Gonçalves, 2012).

A história do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) é marcada por uma

série de iniciativas do Governo Federal visando à promoção da educação profissional e tecnológica aliada à educação de jovens e adultos. Após a promulgação do primeiro Decreto, o Governo Federal lançou um convite nacional aos estados brasileiros para incentivar a oferta do PROEJA, firmando convênios com estados como Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins (Azevedo, 2016).

Em 2017, a descentralização orçamentária para toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi uma medida adotada para viabilizar a adaptação das instituições federais à nova modalidade de curso. Recursos significativos, no valor de R\$ 6.026.249,31, foram repassados para as escolas federais, permitindo pequenas adaptações nas instalações físicas e a capacitação dos professores (Azevedo, 2016).

A realização de Fóruns Regionais PROEJA e Diálogos PROEJA reforçam o compromisso com a troca de experiências entre os diversos envolvidos no desenvolvimento dos cursos, promovendo a integração e superação de desafios. O lançamento do Edital PROEJA FIC, com investimento total de R\$ 16.219.231,28, visou apoiar a implantação de cursos de formação inicial e continuada integrados ao ensino fundamental, abrangendo municípios brasileiros e estabelecimentos penais (Azevedo, 2016).

A história do PROEJA é marcada não apenas por investimentos financeiros substanciais, mas também pela constante busca por aprimoramento, diálogo e inclusão, visando proporcionar uma educação profissional de qualidade, integrada à realidade de jovens e adultos em todo o país. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando orientada por uma perspectiva integradora, busca superar a visão utilitarista que historicamente permeou a oferta de educação para esse público. Ao invés de uma abordagem aligeirada e compensatória, a EJA integrada propõe um processo educativo que reconhece a complexidade e a singularidade dos sujeitos adultos, considerando suas histórias de vida, identidades e culturas (Amado, 2015).

Por um lado, a EJA tem enfrentado desafios ligados à oferta de uma educação de qualidade para um público que muitas vezes enfrentou trajetórias escolares truncadas. O modelo tradicional de oferta de escolarização acelerada, voltada para a obtenção rápida de certificados, revela-se insuficiente para promover uma formação integral desses sujeitos.

Por outro lado, a EJA, inspirada por movimentos populares e por ideias emancipatórias, propõe uma abordagem pedagógica centrada no diálogo, na investigação e na problematização. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por sua vez, historicamente esteve vinculada a uma lógica instrumental e muitas vezes assistencialista, atendendo às demandas do mundo do trabalho. A abordagem dualista que separava a formação geral da formação profissional refletia a visão de uma sociedade dividida entre elites dirigentes e trabalhadores (Ciavatta, 2016).

No entanto, assim como na EJA, há movimentos de superação dessas abordagens fragmentadas. A ideia de uma EPT integrada propõe a vinculação entre a formação técnica e uma base científica sólida. Isso implica não apenas preparar os trabalhadores para as demandas específicas do mercado, mas também proporcionar uma formação de nível médio que dialogue com os fundamentos científicos e culturais das diferentes áreas (Ciavatta, 2016).

A concepção de uma Educação Integrada, seja na EJA ou na EPT, busca superar dicotomias históricas, como a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre formação geral e formação profissional. A integração propõe uma visão holística do desenvolvimento humano, reconhecendo as dimensões intelectuais, afetivas, estéticas e físicas dos sujeitos (Ciavatta, 2016).

Assim, o PROEJA enfrenta desafios significativos ao buscar integrar a educação de jovens e adultos, situando-se entre a imposição de um decreto e a perspectiva de resgatar a educação integrada. A implementação do PROEJA é complexa, pois o decreto que o institui o torna obrigatório, confrontando-se com uma realidade que já estava moldada pelos efeitos da fragmentação causada pelo decreto anterior, o nº 2.208/97 (Henrique, 2018).

O Decreto nº 2.208/97 foi um marco na organização da educação profissional no Brasil, introduzindo a separação entre a educação básica e a educação profissional. Essa divisão causou uma fragmentação significativa no sistema educacional, criando barreiras entre o ensino acadêmico e a formação técnica. A estrutura resultante dessa política priorizou uma formação mais especializada e segmentada, muitas vezes desconsiderando a necessidade de uma abordagem educacional mais holística que integre diferentes áreas do conhecimento e nivele as desigualdades sociais e educacionais.

Quando o Decreto nº 5.154/2004 foi introduzido, estabelecendo o PROEJA, a intenção era justamente superar essa fragmentação, promovendo uma educação

integrada que combinasse a formação geral com a formação técnica e profissional. No entanto, a transição não foi simples. A herança da separação imposta pelo decreto anterior criou uma inércia institucional e cultural que dificulta a integração desejada pelo PROEJA.

Os Institutos Federais, como principais implementadores do PROEJA, encontram-se no centro desse desafio. Eles são obrigados a reformular suas práticas e estruturas pedagógicas para atender às exigências de uma educação integrada. Isso inclui a reestruturação curricular para combinar conteúdos de educação básica com disciplinas técnicas de forma coerente e significativa para os alunos. A prática pedagógica deve ser adaptada para atender a uma diversidade de perfis de alunos, muitos dos quais retornam à escola após longos períodos de afastamento, com expectativas e necessidades diferentes das de alunos tradicionais.

Além disso, a formação de professores é um aspecto crítico nesse contexto. Educadores precisam estar preparados não apenas tecnicamente, mas também pedagogicamente para lidar com os desafios específicos da EJA e do PROEJA. Isso inclui a capacidade de engajar alunos adultos, muitos dos quais podem estar desmotivados ou enfrentando dificuldades significativas fora do ambiente escolar, como trabalho em tempo integral e responsabilidades familiares.

A implementação do PROEJA também enfrenta resistência institucional e cultural. Algumas instituições podem estar relutantes em mudar suas práticas estabelecidas, enquanto outras podem simplesmente carecer dos recursos necessários para efetuar as mudanças exigidas. Além disso, há uma necessidade constante de sensibilização e formação contínua para toda a comunidade acadêmica, a fim de superar preconceitos e atitudes negativas que possam existir em relação aos alunos da EJA.

Outro aspecto importante é a necessidade de um suporte administrativo eficiente. O PROEJA requer um gerenciamento mais flexível e adaptável, capaz de responder rapidamente às necessidades dos alunos e às exigências curriculares. A burocracia e a rigidez administrativa podem representar barreiras adicionais, retardando a implementação de mudanças necessárias e a resposta às demandas emergentes.

Em termos de política educacional, a implementação do PROEJA demanda um compromisso contínuo com a alocação de recursos adequados. Investimentos em infraestrutura, materiais didáticos, e programas de formação de professores são

essenciais para criar um ambiente de aprendizagem que suporte efetivamente a integração educacional proposta pelo PROEJA.

A dualidade persistente entre educação geral para a elite e formação profissional para a classe trabalhadora é, em parte, cultural e política. Reflete-se na concepção da Educação Profissional, na relação entre conhecimentos gerais e específicos, na separação entre teoria e prática (Ciavatta, 2016). O PROEJA desafia essa dualidade ao promover atividades pedagógicas inovadoras, com foco na emancipação, no trabalho como princípio educativo, no direito ao trabalho como valor cidadão e na qualificação como política de inclusão social.

A resistência à oferta de cursos do PROEJA evidencia uma persistente visão histórica sobre a população jovem e adulta trabalhadora, que enfrenta obstáculos para cursar as mesmas disciplinas dos alunos dos cursos regulares. Essas concepções dificultam a ampliação do PROEJA e complicam a transformação do programa em política pública (Henrique, 2018).

A contradição na implantação do PROEJA também reflete a incerteza sobre o retorno à defesa da educação integrada como meio de superar o dualismo na sociedade e na educação brasileira. A estrutura do sistema educacional brasileiro, baseada na questão do trabalho, destaca a importância de oferecer educação para jovens e adultos já envolvidos no processo produtivo (Henrique, 2018).

O embate na implantação do PROEJA revela a tensão entre a cultura estabelecida nas instituições de educação profissional e tecnológica e a proposta inovadora do programa. A gestão do PROEJA enfrenta desafios, especialmente em um contexto marcado pelo patrimonialismo. Os valores tradicionalistas impactam na não distinção entre interesse público e privado, dificultando a aceitação do acesso diferenciado ao programa (Henrique, 2018).

A gestão do PROEJA é, portanto, um desafio marcado por valores tradicionais, comprometendo a visão de inclusão social. Alguns professores e gestores, no entanto, buscam superar essas dificuldades, defendendo a proposta de educação integrada. A pesquisa destaca experiências que tentam enfrentar as questões de gestão, visando a inclusão social e a transformação da instituição federal.

3 PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) destaca a ampliação de vagas nesse segmento e o desenvolvimento histórico dos processos de ingresso e a necessidade de democratizar o acesso ao ensino público. Destaca-se a dualidade estrutural na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, considerando o acesso tanto para ingresso nas instituições quanto para o acesso ao ensino superior por meio de cursos técnicos de nível médio.

A temática do acesso é contextualizada nas categorias de igualdade e inclusão, considerando a relação entre desigualdade e exclusão na sociedade capitalista contemporânea. A desigualdade é analisada como um sistema hierárquico de integração subordinada, enquanto a exclusão é vinculada a um sistema hierárquico dominado pelo princípio da exclusão. Lopes (2021) destaca que políticas públicas do Estado não resolvem completamente desigualdades e exclusões, apontando para a necessidade de considerar a democratização para além do aumento de vagas.

Henrique (2018) aborda a educação como um bem público, contrastando-a com a visão de mercado que a trata como mercadoria. Henrique (2018) destaca que a educação como bem público é fundamental para combater desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais. Nesse sentido, as implicações dos exames de seleção no contexto educacional são evidentes, especialmente no acesso ao ensino público federal.

O conceito de acesso, segundo Lopes (2021), vai além do simples ingresso, abrangendo as dimensões de ingresso, permanência e qualidade da formação. Considerando a necessidade de uma compreensão ampliada do acesso, Lopes (2021) defende um esquema analítico com indicadores específicos para cada dimensão, incluindo vagas, formato seletivo, matrícula, taxa de diplomação, programas de fixação do estudante, entre outros.

Historicamente, os exames de seleção, como os vestibulares, foram inicialmente implementados para regular e classificar o acesso ao ensino superior. No entanto, ao longo do tempo, esses exames tornaram-se mais elitistas, contribuindo para distorções educacionais. A criação do ENEM em 1998 introduziu mudanças

significativas, inicialmente voltadas para avaliar as competências da educação geral, mas posteriormente utilizado como forma de seleção para o ensino superior.

Apesar das alterações nas formas de seleção, a lógica meritocrática permanece presente. A visão de acesso presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação reflete princípios liberais de liberdade e igualdade de oportunidades, mas Moura e Henrique (2012) destacam a incompatibilidade desse posicionamento com a democratização efetiva do acesso.

Diante do exposto, é possível observar que o acesso à educação, especialmente ao ensino público federal e à EPT, não pode ser compreendido apenas como o ingresso por meio de exames de seleção. A visão mais ampliada do acesso envolve as dimensões de ingresso, permanência e qualidade.

É essencial considerar não apenas o processo seletivo, mas também as condições que garantam a permanência do estudante e a qualidade da formação oferecida. A mera entrada no sistema educacional não é suficiente; é necessário assegurar que o estudante tenha condições de concluir seu curso com qualidade.

A dualidade entre incluídos e excluídos, integrados e não integrados, parte e todo, ressalta a complexidade do conceito de acesso. A visão de acesso como "fazer parte" implica não apenas a entrada, mas uma inserção que transcende contradições. O pertencimento ao ensino público federal deve ser indissociável do senso de coletividade/universalidade e da práxis criativa.

A análise da EPT revela uma trajetória marcada por dualismos estruturais e mudanças nas políticas de acesso ao longo do tempo. A introdução das pedagogias das competências nos currículos intensificou a formação voltada para o mercado, mas questiona-se se isso realmente contribui para uma educação mais inclusiva (Ciavatta, 2016).

Portanto, a compreensão ampliada do acesso deve ir além dos exames de seleção, considerando a integralidade da experiência educacional, a promoção da permanência e a garantia da qualidade. A superação da visão meritocrática requer uma análise crítica das políticas educacionais, visando efetivamente democratizar o acesso à educação pública e profissional no Brasil.

Em relação à EPT, é essencial considerar o desenvolvimento histórico das políticas de acesso ¹ao longo do tempo, bem como a necessidade de superar a visão meritocrática em prol da democratização do acesso em suas diversas dimensões. Ao discutir o mérito na educação, o estudo destaca a ficção necessária da meritocracia na democracia, questionando sua eficácia diante das desigualdades reais.

A justiça escolar é analisada não apenas pela competição meritocrática, mas pela forma como trata a classe trabalhadora e seus filhos, destacando a importância de garantir acesso e formação mínima para todos. A discussão sobre a permanência na educação profissional e tecnológica é fundamental para compreendermos a concretização dos direitos assegurados pela legislação brasileira. O direito à educação é reconhecido como um dos pilares da democracia, refletindo a busca pela igualdade de oportunidades e condições sociais.

Historicamente, a conquista de direitos, incluindo o direito à educação, tem sido resultado de lutas por uma concepção democrática da sociedade. Avanços na educação são frutos de batalhas que visam igualdade de oportunidades e condições sociais, conforme destacado por Cury (2002). A importância da educação como um direito humano foi formalmente reconhecida em 1948 pela "Declaração Universal dos Direitos Humanos", que estabeleceu o direito à educação gratuita e obrigatória, incluindo o ensino técnico e profissional. No entanto, mesmo com essas declarações e leis, o pleno exercício do direito à educação não se efetivou em muitos países, especialmente aqueles que sofreram colonização, conforme aponta Cury (2002).

No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 representou um marco ao garantir a educação como um direito fundamental e social. A legislação subsequentemente consolidou diversas garantias educacionais, como a gratuidade do ensino público, o Ensino Fundamental obrigatório e o acesso ao ensino como direito público subjetivo, entre outros avanços.

¹ As políticas essenciais a serem consideradas em relação à Educação Profissional Técnica (EPT), levando em conta o desenvolvimento histórico e a necessidade de democratização do acesso, são: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Criado em 2005, esse programa visava integrar a educação profissional com a educação básica, especialmente para jovens e adultos, ampliando as oportunidades de formação técnica; Programa Brasil Profissionalizado: Lançado em 2007, esse programa tinha como objetivo expandir o Ensino Médio integrado à Educação Profissional, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, promovendo a criação de escolas, ampliações e construção de laboratórios; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): Instituído em 2011, o Pronatec tinha como propósito ampliar o acesso à educação técnica e ao emprego, contribuindo para a formação profissional de jovens e adultos.

Contudo, a educação profissional e tecnológica não possui a mesma obrigatoriedade legal que a educação básica. Ainda que não seja obrigatória, a democratização do acesso e a garantia de permanência são princípios que devem ser assegurados a todos os cidadãos que optam por essa modalidade de ensino.

O cenário da educação profissional no Brasil tem sido marcado por uma dualidade persistente desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. O texto aprovado revelou-se, no entanto, minimalista e ambíguo, abrindo espaço para interpretações diversas sobre a relação entre a educação geral e a educação profissional.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, ao regulamentar a educação profissional por meio do Decreto nº 2.208/1997, aprofundou a separação entre o ensino médio geral e a educação profissional. A partir desse momento, a educação geral e a profissional passaram a ser oferecidas de forma subsequente e concomitante ao ensino médio, criando um divisor que gerou debates intensos.

A virada de 2003 trouxe consigo discussões fervorosas sobre um novo modelo de educação média, voltado para a politécnica, integrando trabalho, ciência e cultura. Contudo, a realidade atual destaca a necessidade de uma formação específica já no ensino médio para muitos estudantes que buscam inserção no mundo do trabalho. Nesse contexto, o Decreto nº 5.154/2004 manteve a concomitância e os cursos subsequentes, permitindo a integração dos cursos e proporcionando uma formação mais ampla, que abrange tanto a esfera geral quanto a profissional (Assis, 2023).

Esse decreto estabeleceu que a educação profissional de nível técnico teria uma organização curricular própria, conferindo certificados de qualificação profissional e impedindo a integração entre o ensino médio e a educação profissional. Essa medida recebeu críticas por limitar a possibilidade de uma formação mais integrada e abrangente, focando em uma visão mais segmentada da educação.

No entanto, historicamente, muitos cursos técnicos têm enfrentado altos índices de disputa e seletividade. Os processos seletivos, originados nas Escolas de Aprendizizes Artífices em 1909, inicialmente baseava-se na renda, evoluindo para o critério do mérito individual por meio de exames de seleção a partir de 1942. Essa abordagem meritocrática persistiu mesmo após transformações na organização da Rede EPT em 1997 e 2004 (Ambrosini e Scott, 2019).

Coutinho e Melo (2011) destacam que a seleção por provas contribui para a reprodução das desigualdades sociais, acentuando diferenças e limitando

oportunidades para os candidatos provenientes de escolas de menor padrão de qualidade. O acesso às instituições da Rede Federal, portanto, não é apenas o resultado de um exame seletivo isolado, mas sim o desfecho de um processo excludente que se desenvolve ao longo da educação básica nas escolas públicas do país. Isso se traduz em barreiras significativas para os alunos dessas escolas no momento de enfrentar um processo seletivo competitivo.

Kuenzer (2011) propõe a categoria "dualidade invertida" para analisar a situação atual do ensino médio no Brasil. Antes reservada à elite, a educação geral foi disponibilizada aos trabalhadores, banalizando-se e desqualificando-se. A oferta de educação geral precária para a classe trabalhadora, associada ao ensino propedêutico, culminou em uma inversão do modelo a partir dos anos 90. A educação profissional e tecnológica oferecida pela Rede Federal, por sua vez, acabou sendo usufruída majoritariamente pelos jovens da classe média.

Diante desse cenário, torna-se imperativo democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a classe trabalhadora. Superar as desigualdades e proporcionar uma educação de qualidade para todos exige uma revisão profunda dos critérios de seleção, considerando não apenas o mérito individual, mas também as condições sociais, econômicas e culturais que influenciam o percurso educacional dos estudantes. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o acesso à educação profissional seja verdadeiramente democrático e representativo.

A questão da permanência na educação profissional e tecnológica ganha relevância, pois, uma vez que um estudante ingressa nessa modalidade, é fundamental que o Estado garanta as condições necessárias para que ele possa completar seus estudos. Esse compromisso está alinhado com os princípios constitucionais da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Moreira e Lambert, 2018).

É importante ressaltar que a legislação brasileira, por meio do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) e outras normativas, estabelecem metas para a expansão da educação profissional e tecnológica, visando triplicar as matrículas nessa modalidade. Além disso, estratégias de inclusão e assistência estudantil são destacadas como meios para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes.

Entretanto, a expansão da Rede Federal também trouxe consigo desafios, como o aumento do abandono escolar. Órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União, têm destacado a importância de políticas específicas para combater a evasão, levando em consideração a diversidade de públicos atendidos pelos Institutos Federais.

A discussão sobre a permanência na educação profissional e tecnológica não apenas reflete a concretização de direitos legais, mas também aponta para desafios práticos que necessitam de políticas e ações efetivas para garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de completar sua formação nessa modalidade de ensino (Silva, Pelissari e Steimbach, 2013).

A permanência dos alunos na educação profissional técnica de nível médio está diretamente relacionada à relevância percebida da formação oferecida, à construção de identidades juvenis positivas, à interação social no ambiente escolar e às perspectivas de inserção no mundo do trabalho (Zanin e Garcia, 2020). O desafio, portanto, é criar condições para que a escola seja um espaço significativo e motivador, onde os jovens possam desenvolver suas potencialidades e construir um projeto de futuro profissional que esteja alinhado com suas aspirações e com as demandas da sociedade contemporânea.

As políticas e ações de apoio à permanência escolar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenham um papel importante na construção de uma formação profissional de qualidade e no combate à evasão estudantil. Atualmente, no contexto brasileiro, diversas medidas são implementadas visando assegurar a permanência dos estudantes, sendo notáveis as políticas de progressão automática e de assistência financeira (Silva, Pelissari e Steimbach, 2013).

A progressão automática entre as séries é uma estratégia que visa reduzir a distorção entre idade e série, contribuindo para a universalização do acesso ao ensino fundamental e combatendo a evasão escolar. De maneira complementar, o Programa Bolsa Família, criado em 2004, é uma política de transferência direta de renda que vincula o benefício à permanência escolar do estudante, atuando como um importante suporte para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (Silva, Pelissari e Steimbach, 2013).

Investigações específicas, como a realizada por Bastos e Gomes (2014) nos cursos técnicos concomitantes no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ), identificaram motivos como desmotivação, necessidade de trabalho,

dificuldade em conciliar trabalho e estudo, falhas no ensino-aprendizagem, conflitos entre estudantes, problemas de saúde e gravidez durante o curso como determinantes para a evasão. Já o estudo de Souza (2014) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) ressalta que a distribuição das disciplinas no currículo escolar, especialmente aquelas de complexa compreensão, é um dos principais fatores que comprometem a permanência dos estudantes nos cursos.

A relação entre o currículo escolar e o mundo do trabalho emerge como um aspecto importante, sugerido por Araújo e Santos (2012) que a adaptação do currículo e sua integração com as demandas do mercado são ações fundamentais para reduzir os índices de evasão. Ferreira (2013) destaca a escola como um espaço que muitas vezes não se ajusta às transformações sociais, negligenciando novas demandas de aprendizagem e perdendo atratividade para os estudantes.

Dore e Lüscher (2011) exploram fatores como a composição do corpo discente, recursos escolares, características estruturais da escola e práticas pedagógicas como elementos determinantes para o desempenho acadêmico e a decisão de permanecer ou evadir. Um estudo realizado no Programa de Educação Profissional de Minas Gerais por Dore e Lüscher (2011), identificou algumas causas de evasão, como ingresso em nível superior, necessidade de trabalho, falta de identificação com o perfil do curso, carência de transporte, dificuldades no processo de aprendizagem, saúde e gravidez.

Sansil e Falcão (2014) destacam a importância de um currículo e metodologia alinhados com os avanços sociais e tecnológicos para capacitar os estudantes de maneira crítica e autônoma. Figueiredo e Salles (2017), em um estudo de caso no CEFET/RJ, apontam fatores como dinâmica das aulas, falta de flexibilidade de horários, ausência de incentivo por parte dos professores, sobrecarga de avaliações, dificuldade em conciliar estudo com atividades extras e influência dos amigos como determinantes para a evasão.

O componente socioeconômico também emerge como uma influência significativa, conforme observado por Machado (2009) e Meira (2015). A necessidade de trabalho, obstáculos no processo de ensino-aprendizagem, excesso de conteúdo e a falta de perspectiva de emprego na área do curso são apontados como motivos para a evasão. De forma geral, o trabalho se configura como uma motivação central na decisão pela evasão, considerando o perfil socioeconômico dos estudantes, muitos provenientes de famílias de baixa renda. A complexidade de conciliar trabalho e

estudo, aliada à necessidade de contribuir para o sustento familiar, leva muitos estudantes a optarem pela evasão.

A permanência na Educação Profissional e Tecnológica está intrinsecamente ligada a uma série de desafios, que vão desde a estrutura curricular até fatores socioeconômicos. A compreensão desses elementos é essencial para o desenvolvimento de políticas eficazes que promovam a permanência dos estudantes, garantindo um acesso equitativo e preparando-os para os desafios do mundo do trabalho (Silva, Pelissari e Steimbach, 2013).

A questão da permanência na Educação Profissional é complexa, sendo fundamental compreender os fatores que influenciam tanto o êxito quanto a evasão dos estudantes nesse contexto. O estudo realizado por Rumberger e Lim (2008), por meio do "California Dropout Research Project", oferece uma perspectiva sobre as causas subjacentes às decisões dos alunos.

O modelo conceitual proposto pelos pesquisadores destaca a interação entre fatores individuais e institucionais. No âmbito individual, atitudes e comportamentos desempenham um papel relevante. Baixas aspirações educacionais, engajamento na escola, comportamento adequado e até mesmo questões pessoais, como gravidez, emergem como elementos que moldam a trajetória dos estudantes.

Por outro lado, os fatores institucionais, especialmente o ambiente familiar, escolar e comunitário, também exercem influência significativa. A família é identificada como o principal catalisador para o êxito escolar, onde a estrutura familiar, os recursos disponíveis e as práticas desempenham um papel determinante nas escolhas dos alunos.

No contexto escolar, a composição social, características estruturais, recursos disponíveis e políticas/práticas influenciam diretamente as taxas de conclusão ou evasão. A qualidade do ambiente acadêmico, o suporte oferecido, e o clima social têm impacto direto na decisão dos estudantes de permanecerem ou abandonarem os estudos.

Rumberger e Lim (2008) destacam a complexidade do fenômeno da evasão, ressaltando que não há um único fator responsável por tal decisão. A inter-relação desses fatores, sejam eles individuais ou institucionais, destaca a necessidade de abordagens para melhorar as taxas de conclusão.

Como apontado pelo estudo, estratégias direcionadas a subgrupos de alunos em maior risco, modificações no ambiente escolar para beneficiar todos os estudantes

e abordagens sistêmicas que envolvam políticas públicas são alternativas para enfrentar esse desafio complexo. Portanto, compreender as nuances desses fatores é importante para desenvolver intervenções e promover o sucesso na Educação Profissional.

A permanência de alunos-trabalhadores é comprometida pela falta de flexibilidade no currículo, dificultando a conciliação com as demandas do emprego, levando à desmotivação e possíveis casos de evasão. A Assistência Estudantil é importante para a permanência dos alunos, especialmente em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Cortes orçamentários e falta de clareza sobre os auxílios disponíveis impactam negativamente os estudantes. A proposta de "nivelamento" no início do curso é sugerida como uma medida para promover condições mais igualitárias entre os alunos (Silva, Pelissari e Steimbach, 2013).

No entanto, a falta de adaptação do currículo às demandas dos alunos-trabalhadores e a rigidez nos horários podem afetar a permanência. Há uma percepção de que a responsabilidade pela divulgação e captação de recursos para o PROEJA é compartilhada entre a instituição e os próprios alunos, destacando a importância de parcerias e estratégias efetivas de comunicação. Esta análise indica que as questões de acesso e permanência estão interligadas e requerem abordagens integradas para garantir a eficácia do PROEJA e promover a educação profissional inclusiva.

4 PROEJA NA REDE FEDERAL

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) representa um marco significativo no desenvolvimento histórico das políticas de educação de jovens e adultos no Brasil, em especial no âmbito dos Institutos Federais. A trajetória do PROEJA, desde sua concepção até os desafios atuais, revela as complexidades e as potencialidades de uma política educacional que busca integrar a formação profissional à educação básica de jovens e adultos, considerando suas especificidades e necessidades (Oliveira e Scopel, 2016).

A origem do PROEJA pode ser rastreada até a promulgação do Decreto 5.840, em 2006, que formalizou a integração da educação profissional à educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Esse decreto representou um avanço conceitual significativo, ao reconhecer que a educação profissional e a educação básica para jovens e adultos não deveriam ser tratadas de forma fragmentada, mas como componentes de um projeto educativo integrado e coerente. Tal reconhecimento está enraizado no entendimento de que a educação, para ser significativa para os sujeitos da EJA, deve contemplar tanto as demandas por formação geral quanto as por qualificação profissional, articulando-se às suas experiências de vida e ao contexto socioeconômico no qual estão inseridos.

Este movimento de integração educacional não surgiu de maneira espontânea, mas foi o resultado de um longo processo histórico de lutas e reivindicações por uma educação que respondesse às necessidades reais dos trabalhadores jovens e adultos. A trajetória da EJA no Brasil, marcada por esforços em diversas frentes, desde as escolas noturnas do século XIX até as práticas educativas inovadoras inspiradas por Paulo Freire na década de 1960, evidencia a busca constante por uma educação que fosse além do mero domínio da leitura e da escrita, engajando-se na transformação social e na promoção da cidadania (Oliveira e Scopel, 2016).

No contexto dos Institutos Federais, o PROEJA assume uma dimensão particularmente relevante, dada a missão dessas instituições de ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade, articulada às demandas do desenvolvimento nacional e às necessidades locais. A implementação do PROEJA nesses espaços educacionais vem acompanhada de desafios substanciais, entre os quais destacam-

se a necessidade de adequação curricular, a formação docente voltada para a especificidade da modalidade EJA e a criação de estratégias de gestão e de políticas institucionais que garantam a efetivação do programa (Oliveira e Scopel, 2016).

O desenvolvimento histórico do PROEJA, portanto, reflete tanto as conquistas quanto os desafios inerentes à tentativa de construir uma política educacional que seja verdadeiramente inclusiva e democrática. Os debates acerca da integração curricular, da redução da rotatividade docente, do avanço nas formações específicas para a EJA, e da superação da provisoriedade das ofertas de PROEJA nos Institutos Federais indicam que, apesar dos progressos alcançados, há ainda um caminho considerável a ser percorrido.

Ao analisar a trajetória e os desdobramentos do PROEJA, torna-se evidente a necessidade de um compromisso renovado com a construção de uma educação de jovens e adultos que seja, ao mesmo tempo, reparadora, equalizadora e qualificadora, conforme apontado pelo Parecer 11/2000. Isso implica reconhecer a educação como um direito humano fundamental e como um instrumento de transformação social, capaz de promover não apenas a inclusão educacional, mas também a inclusão social e econômica dos jovens e adultos.

No contexto da educação profissional e tecnológica, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) emerge como uma política pública relevante, visando integrar a formação básica à profissionalizante, em resposta às demandas de uma população adulta que não concluiu sua educação básica. Historicamente, a gestão e a coordenação de iniciativas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil têm oscilado entre momentos de centralização federal e descentralização para governos estaduais e municipais. Esta dualidade reflete uma orientação pendular nas políticas de educação, apontando para um esforço de municipalização, que atribuiu aos municípios um papel crescente na oferta educacional para jovens e adultos.

A evolução das matrículas na EJA, especialmente em cursos presenciais de ensino fundamental, ilustra o impacto dessas políticas e o progressivo papel dos municípios. Além disso, o governo federal, particularmente a partir dos anos 1990, promoveu a indução de políticas de EJA através da transferência de recursos, configurando-se como um importante agente na redefinição da educação de jovens e adultos no país.

Sob o primeiro mandato do presidente Lula, observamos avanços significativos, como a reconfiguração institucional que levou à criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e o estabelecimento do Proeja. Este último, proposto pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), foi reformulado para ampliar sua atuação, abrangendo não apenas o ensino médio, mas também a educação básica, e estendendo-se além da rede federal.

Contudo, o Proeja enfrenta desafios significativos, como a persistente invisibilidade das necessidades educacionais de jovens e adultos e a ambiguidade de seu papel no cenário educacional. Os dados revelam uma realidade contundente, com uma grande parcela da população adulta brasileira sem concluir a educação básica, justificando a importância de políticas integradas como o Proeja (Franzoi, 2013).

A implementação do Proeja nos Institutos Federais, enquanto esforço para combinar educação básica e profissionalização, apresenta um panorama de avanços, obstáculos e possíveis caminhos futuros. A indução à pesquisa, por meio de programas de apoio a estudos que articulam EJA e educação profissional, ilustra um esforço significativo para fundamentar a implementação do Proeja com base em evidências. Entretanto, a experiência demonstrou que, apesar da existência de princípios constitucionais promovendo a universalização da educação básica, a prática frequentemente se desvia para políticas focais, especialmente a partir da década de 1990, refletindo influências externas e a complexidade de se atingir metas educacionais ambiciosas (Vitoretto, 2014).

A ambiguidade do Proeja reflete-se também na sua implementação prática nos Institutos Federais. Apesar da obrigatoriedade de oferta de vagas para EJA, observa-se uma discrepância entre o proposto e o implementado, afetada em parte pelo surgimento de programas como o Pronatec, que, apesar de suas intenções, pode ter contribuído para um desvio de foco da proposta original do Proeja. O desafio de manter a qualidade e a relevância da formação oferecida a um público diversificado dentro de instituições de excelência representa um ponto crítico na realização dos objetivos do programa.

A discrepância entre o PROEJA e o PRONATEC reflete diferentes abordagens adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar desafios educacionais e atender às demandas do mercado de trabalho. Enquanto o PROEJA visa oferecer uma educação mais abrangente e inclusiva, integrando a educação básica com a formação

profissional, o PRONATEC prioriza a qualificação rápida para suprir as necessidades imediatas do mercado de trabalho.

O PROEJA, como um programa de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, surgiu com o propósito de proporcionar uma segunda chance de educação para jovens e adultos que não completaram o ensino fundamental ou médio na idade adequada. Este programa reconhece a importância de uma formação integral, que não só oferece habilidades técnicas, mas também conclui a educação básica, preparando os alunos para o mercado de trabalho e para uma participação mais efetiva na sociedade.

Por outro lado, o PRONATEC foi concebido como uma resposta às demandas por qualificação profissional rápida e eficaz. Seu objetivo principal é atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho, fornecendo cursos técnicos de curta duração para capacitar os trabalhadores em áreas específicas onde há escassez de mão de obra qualificada. Nesse sentido, o PRONATEC está mais focado na empregabilidade imediata dos alunos, priorizando a formação técnica em detrimento da conclusão da educação básica.

Essas diferenças fundamentais entre o PROEJA e o PRONATEC também se refletem na abordagem pedagógica adotada por cada programa. Enquanto o PROEJA busca uma integração curricular que combine habilidades técnicas com conhecimentos gerais, visando uma formação mais completa e significativa, o PRONATEC tende a oferecer uma formação mais específica e direcionada, com foco nas demandas do mercado de trabalho em um curto espaço de tempo.

Embora ambos os programas tenham suas próprias vantagens e contribuições para a educação e o desenvolvimento socioeconômico do país, a discrepância entre eles destaca as diferentes perspectivas e prioridades na formulação de políticas educacionais. Enquanto o PROEJA busca promover uma educação mais inclusiva e equitativa, o PRONATEC procura atender às demandas imediatas do mercado de trabalho, refletindo uma abordagem mais pragmática e voltada para resultados. A coexistência desses programas ilustra a complexidade do cenário educacional brasileiro e a necessidade de abordagens diversificadas para enfrentar os desafios educacionais e promover o desenvolvimento sustentável.

Os esforços de integração curricular dentro dos Institutos Federais, buscando superar a tradicional dicotomia entre formação para a cidadania e para o mundo do trabalho, ilustram um dos embates centrais na implementação do Proeja. As iniciativas

de pesquisa e desenvolvimento de práticas curriculares integradas emergem como resposta aos desafios encontrados na adequação dos cursos à realidade dos alunos e na formação de professores capazes de lidar com as especificidades da educação de jovens e adultos.

Diante dos desafios e das limitações observadas, o futuro do Proeja e sua efetivação como política pública integral e coerente nos Institutos Federais permanecem incertos. O papel dessas instituições como locais de excelência para a educação de jovens e adultos, capazes de oferecer uma formação que transcenda as demandas imediatas do mercado e promova uma verdadeira emancipação, é uma questão aberta que requer reflexão contínua e ações concertadas.

A necessidade de políticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade e os direitos dos jovens e adultos, integrando efetivamente a educação básica à formação profissional, permanece como um imperativo para avançar na direção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A experiência do Proeja, apesar de suas ambiguidades e desafios, destaca a importância de uma abordagem integrada à educação de jovens e adultos, que não apenas contemple a alfabetização básica, mas também forneça caminhos para a profissionalização e a cidadania ativa (Vitoretti, 2014).

Neste contexto, a continuidade do Proeja e sua eficácia como instrumento de política pública dependerão de um compromisso renovado com a educação inclusiva e profissional, que considere as necessidades e as aspirações da população adulta não atendida pelo sistema educacional tradicional. O desenvolvimento de currículos integrados que respondam às complexidades da vida moderna, a formação adequada de professores para atender a essa modalidade de ensino e uma infraestrutura que apoie efetivamente a aprendizagem são componentes essenciais para o sucesso do programa. Ademais, é fundamental que as políticas públicas reflitam um compromisso com a equidade e a inclusão, superando visões limitadas que tratam a educação de jovens e adultos como secundária ou inferior. A expansão e a consolidação do Proeja exigirão uma abordagem colaborativa, que engaje governos, instituições educacionais, professores, alunos e a sociedade civil na busca por soluções inovadoras e eficazes para os desafios da educação de jovens e adultos no Brasil (Franzoi, 2013).

Assim, enquanto o Proeja representa um passo importante na direção certa, sua trajetória e evolução futura serão determinantes para entender até que ponto o

Brasil pode cumprir seu compromisso com a educação para todos, integrando eficazmente a educação profissional à formação básica e respondendo às necessidades de uma população crescentemente diversificada e em transformação.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa é de cunho qualitativo Marconi e Lakatos (2010) nos diz que uma abordagem qualitativa é um estudo que começa analisando e interpretando aspectos mais profundos, descrevem a complexidade do comportamento humano e também fornece uma análise mais detalhada de estudos comportamentais, atitudes e tendências.

Nesse sentido, a estratégia escolhida para a coleta de dados foi a Pesquisa de campo a partir da observação-participante o pesquisador começa pessoalmente o trabalho, porque é importante que ele mesmo tenha experiências diretas com a situação da investigação. Gil (2002) cita que a pesquisa de campo é centrada numa comunidade, com observações e entrevistas com participantes.

Os instrumentos utilizados para coleta dos dados foram escolhidos buscando responder aos objetivos propostos na observação do pesquisador de participações de alunos e participação em atividades planejadas.

Para registrar possíveis situações vivenciadas foram feitas observações durante a pesquisa; Pesquisa documental a partir da análise de Documentos Institucionais, como o Projeto Pedagógico de Curso - PPC e Projeto Pedagógico Institucional - PPI do Ifs; Questionário Diagnóstico elaborado pela pesquisadora que discutiu o conhecimento preexistente dos estudantes acerca do tema problematizador; Fotografias feitas pela pesquisadora e pelos estudantes no decorrer das atividades; Entrevista Semiestruturada em grupo, denominada como “roda de conversa”, para identificar o olhar discente quanto ao curso e sua permanência, avaliar a efetividade da prática desenvolvida e dar a eles o feedback do estudo.

Serão utilizadas as seguintes ferramentas para interpretar e analisar estes dados: Levantamento bibliográfico ao longo do estudo para melhor justificar, avaliar e analisar os dados obtidos; Análise descritiva dos dados obtidos ao longo do estudo.

5.1 ESPAÇO AMOSTRAL DA PESQUISA

O *Campus Aracaju*, situado na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, e autorizado pelo Ministério da Educação, integra a estrutura do Instituto Federal de Sergipe (IFS), cujo órgão executivo é a Reitoria. Sua gestão é conduzida por um Diretor Geral, nomeado pelo Reitor de acordo com a legislação pertinente, e possui

uma proposta orçamentária anual própria, com exceção das despesas relacionadas ao pessoal, encargos sociais e benefícios dos servidores. No âmbito do controle institucional, o campus conta com a Auditoria Interna do IFS (Audint), enquanto a Controladoria Geral da União (CGU) exerce o controle interno, e o Tribunal de Contas da União (TCU) exerce o controle externo.

O objetivo principal do *Campus Aracaju* é promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica, seguindo as diretrizes, regulamentos e normas estabelecidos pelo Conselho Superior e pela Reitoria do IFS. A missão do IFS é, assim, promover uma educação profissional, científica e tecnológica de alta qualidade e gratuita em todos os níveis e modalidades, integrando ensino, pesquisa e extensão para formar cidadãos integralmente capacitados, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado e da Região. A visão de futuro do IFS é tornar-se uma instituição de destaque na Região Nordeste, reconhecida por sua excelência na oferta de educação profissional, científica e tecnológica.

Os valores do IFS incluem a garantia da autonomia da gestão institucional democrática em todos os seus campi, fundamentada nos princípios constitucionais da Administração Pública, bem como os valores de ética, desenvolvimento humano, responsabilidade socioambiental, inovação, qualidade, excelência, compromisso social, transparência e respeito à diversidade.

O *Campus Aracaju* do Instituto Federal de Sergipe (IFS) oferece uma ampla gama de cursos técnicos integrados, técnicos subsequentes, cursos de graduação e na modalidade proeja, nesse último com o curso técnico de desenho de construção civil, para atender às necessidades educacionais e profissionais dos estudantes. Os cursos são desenvolvidos com base em diretrizes nacionais e visam preparar os alunos para o mundo do trabalho e para estudos superiores.

Os cursos técnicos integrados oferecidos incluíam Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Informática, Alimentos e Desenho de Construção Civil (PROEJA). Eles proporcionam uma formação que combina conhecimentos teóricos e práticos, permitindo que os alunos se tornem profissionais qualificados em suas respectivas áreas desde o ensino médio.

Para os estudantes que já concluíram o ensino médio, o campus oferece cursos técnicos subsequentes em áreas como Petróleo e Gás, Redes de Computadores, Hospedagem, Segurança no Trabalho e Turismo, entre outros. Esses cursos fornecem uma oportunidade para os alunos se especializarem em uma área específica

e adquirirem habilidades técnicas relevantes para o mundo do trabalho.

Além disso, o *Campus Aracaju* oferece cursos de graduação em Engenharia Civil, Gestão em Turismo, Matemática, Química, Saneamento Ambiental e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Esses cursos visam aprofundar o conhecimento dos alunos em suas áreas de interesse e prepará-los para carreiras profissionais ou estudos acadêmicos avançados.

A diversidade de cursos oferecidos pelo *Campus Aracaju* reflete o compromisso do IFS em fornecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades da comunidade e promova o desenvolvimento sustentável da região. Os programas são projetados para capacitar os alunos com as habilidades e conhecimentos necessários para se destacarem em suas carreiras escolhidas e contribuir positivamente para a sociedade.

A inserção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Instituto Federal de Sergipe (IFS) não apenas representa um marco significativo na trajetória educacional da instituição, mas também reflete um compromisso inegável com a democratização do acesso ao conhecimento e a promoção da inclusão social. O IFS, resultante da fusão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET/SE) e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC), tem desempenhado um papel fundamental na oferta de educação profissional e tecnológica na região.

A história da educação profissional em Sergipe remonta ao estabelecimento das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1911, culminando na criação do Liceu Industrial de Aracaju em 1937. Desde então, a instituição passou por diversas transformações, obtendo autonomia e ampliando sua oferta educacional para incluir cursos técnicos, superiores e de pós-graduação (Santos, 2020).

No entanto, foi com a introdução do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) que o IFS assumiu um compromisso ainda mais profundo com a inclusão educacional. O PROEJA, iniciado em 2006, visava atender à demanda por educação e qualificação profissional entre aqueles que não tiveram acesso adequado à educação formal durante sua juventude (Santos, 2020).

Apesar dos objetivos nobres do PROEJA, sua implementação não foi isenta de desafios. Estudos destacam a resistência inicial por parte de alguns membros do corpo docente e da administração, além das dificuldades enfrentadas pelos próprios estudantes. A complexidade dessa modalidade de ensino exigiu uma adaptação

significativa por parte da instituição, incluindo a necessidade de desenvolver novas abordagens pedagógicas e de oferecer suporte adequado aos estudantes (Santos, 2020).

Embora o PROEJA tenha inicialmente desfrutado de uma adesão significativa, a sustentabilidade desses programas tem sido um desafio contínuo. A redução na oferta de cursos PROEJA em alguns campi do IFS sugere a necessidade de revisão e ajustes nas estratégias de retenção de alunos e de promoção do sucesso acadêmico (Santos, 2020).

Diante desses desafios, torna-se essencial uma análise mais aprofundada dos fatores que influenciam a permanência e o sucesso dos estudantes na modalidade EJA. Somente através de uma compreensão dessas questões será possível desenvolver políticas e práticas educacionais mais eficazes, garantindo assim que a educação de qualidade seja acessível a todos, independentemente da idade ou histórico educacional.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Federal de Sergipe (IFS), em Aracaju, representa uma parte importante da missão educacional da instituição, buscando atender a uma parcela da população que por diversos motivos não teve acesso ou não concluiu sua educação básica na idade regular. Para compreender a situação atual, é necessário contextualizar o histórico dessa modalidade de ensino no IFS e os desafios enfrentados.

O IFS, ao longo de sua trajetória, tem buscado oferecer oportunidades educacionais inclusivas e de qualidade para todos os segmentos da sociedade sergipana. No entanto, apesar dos esforços, a oferta da EJA tem enfrentado desafios significativos. Apenas duas turmas estão atualmente ativas, e o curso está sendo descontinuado devido à baixa taxa de conclusão. Apenas quatro alunos conseguiram finalizar o curso, o que coloca a instituição em situação irregular perante a legislação, que exige a oferta de vagas para a EJA.

Essa realidade reflete os desafios enfrentados pelo IFS na implementação efetiva da EJA. Dentre esses desafios, destacam-se questões relacionadas à captação e retenção de alunos, à formação e capacitação de professores adequados para atuar nessa modalidade de ensino, e à infraestrutura e recursos necessários para oferecer um ambiente educacional adequado para os estudantes adultos.

A resistência institucional também são fatores que contribuem para a baixa oferta e a descontinuação dos cursos de EJA. Essa situação evidencia a necessidade

de um compromisso mais sólido por parte da instituição em cumprir sua responsabilidade social e legal de proporcionar educação de qualidade para todos, independentemente da idade ou situação socioeconômica.

Diante desses desafios, é fundamental que o IFS reavalie suas estratégias e políticas relacionadas à EJA, buscando formas mais eficazes de atrair e manter os alunos matriculados, bem como de garantir as condições necessárias para o sucesso acadêmico desses estudantes. Diante do exposto, o lócus da pesquisa é o Curso Técnico de Nível Médio em Desenho de Construção Civil, integrado ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecido pelo Campus Aracaju do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), que visa atender a uma demanda significativa de jovens e adultos que não concluíram o ensino médio e buscam qualificação profissional na área da construção civil.

Com uma carga horária total de 2.402 horas e uma duração de 3 anos, o curso é oferecido no turno noturno, proporcionando flexibilidade para os estudantes concluírem os estudos com outras responsabilidades. A modalidade EJA integra à educação profissional ao ensino médio, permitindo que os alunos obtenham uma formação completa que combina conhecimentos teóricos e práticos (PPC, 2020).

O objetivo principal do curso é proporcionar uma educação que assegure não apenas a qualificação profissional em Desenho de Construção Civil, mas também a continuidade e conclusão da educação básica em todas as suas dimensões. Além disso, busca-se estabelecer relações entre o conhecimento, a cultura e o trabalho, promovendo o desenvolvimento de uma identidade individual e coletiva capaz de lidar com os avanços da ciência, tecnologia e realidade socioeconômica (PPC, 2020).

A oferta desse curso atende a uma determinação legal e representa um compromisso com a inclusão dos segmentos socialmente expropriados da escolaridade e da profissionalização. Dessa forma, o IFS cumpre sua função social ao proporcionar uma educação profissional digna e efetiva, possibilitando a inserção dos estudantes no mundo do trabalho e na sociedade como cidadãos plenos (PPC, 2020).

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística destacam a importância de ampliar o acesso à educação e qualificação profissional, especialmente para os segmentos da população com baixo grau de escolaridade. Nesse sentido, o curso de Desenho de Construção Civil contribui para suprir a demanda por trabalhadores qualificados em um setor vital para a economia, como é o caso da construção civil (PPC, 2020).

A falta de mão de obra qualificada é um problema significativo enfrentado pelo setor da construção civil, como evidenciado por pesquisas da Confederação Nacional da Indústria e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Portanto, a qualificação profissional oferecida pelo curso do IFS é fundamental para aumentar a produtividade e eficiência do setor, além de promover o desenvolvimento socioeconômico local e regional (PPC, 2020).

Com base nos dados fornecidos no PPC do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho de Construção Civil, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, o curso tem como objetivo formar profissionais capacitados para atuar na leitura, interpretação e desenvolvimento de representações gráficas na área da Construção Civil. Abaixo, são detalhados alguns aspectos importantes do curso:

Detalhes do Curso:

- 1)** Objetivos Gerais: Formar profissionais técnicos de nível médio aptos a compreender e aplicar os princípios éticos e políticos relacionados à Construção Civil; Proporcionar uma formação técnica que habilite os alunos a interpretar e desenvolver projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações prediais (PPC, 2020).
- 2)** Objetivos Específicos: Qualificar os alunos para interpretar e representar desenhos técnicos de projetos de arquitetura, estruturais e de instalações prediais; Promover uma formação geral que inclua conceitos sociais, éticos e culturais, incentivando a busca pelo aprimoramento profissional e pessoal; Preparar os estudantes para atuar em empresas de construção civil, escritórios de projetos ou de forma autônoma, respeitando a legislação e os limites legais; Fomentar o compromisso e a responsabilidade técnica e social dos profissionais.
- 3)** Perfil Profissional do Egresso: Capacidade de interpretar e representar desenhos técnicos de projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações prediais; Conhecimento e aplicação das normas e legislações pertinentes à construção civil; Habilidade para compatibilizar diversos desenhos técnicos de projetos, viabilizando sua execução.
- 4)** Requisitos de Acesso: O acesso ao curso se dá por meio de processo seletivo, no qual são avaliados os conhecimentos adquiridos pelos

candidatos no Ensino Fundamental ou equivalente. É necessário ter concluído o Ensino Fundamental, possuir idade mínima de 18 anos e não possuir Ensino Médio ou equivalente.

- 5) Organização Curricular:** O curso tem duração de três anos, com carga horária total de 2.400 horas, divididas entre formação geral e habilitação profissional. São oferecidas Atividades Complementares (160 horas) e Projetos Integradores (240 horas) para complementar a formação. As disciplinas e atividades visam promover uma aprendizagem significativa, integrando teoria e prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade curricular.

O curso busca, assim, formar profissionais aptos a atender às demandas do mundo do trabalho na área da Construção Civil, com conhecimentos técnicos, éticos e sociais. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) representa um marco na estruturação e implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho de Construção Civil, delineando suas bases fundamentais em consonância com uma extensa gama de normativas legais e diretrizes educacionais. Para contextualizar adequadamente esta análise, faz-se necessário ressaltar a complexidade do aparato legal que o embasa, incluindo dispositivos constitucionais, leis específicas e decretos governamentais, os quais delineiam o arcabouço normativo que regula o ensino técnico no Brasil.

Partindo dessa premissa, o PPC é estruturado de maneira a contemplar não apenas os requisitos legais, mas também as demandas sociais e profissionais pertinentes à formação técnica na área da Construção Civil. A Matriz Curricular apresentada é detalhada e dividida em três anos, contemplando disciplinas que compreendem desde os fundamentos básicos das ciências humanas e exatas até disciplinas mais específicas voltadas para a prática profissional na área.

Ao longo do curso, os estudantes serão expostos a uma variedade de disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, que abrangem desde línguas estrangeiras e portuguesa até matemática, física, química e biologia. Destaca-se também a ênfase em disciplinas relacionadas diretamente à área de construção civil, como desenho geométrico e técnico, noções de desenho de topografia, desenho de projeto arquitetônico, entre outras.

Além disso, o PPC prevê a realização de atividades complementares e projetos integradores, os quais têm como objetivo enriquecer a formação dos alunos, proporcionando experiências práticas e interdisciplinares relevantes para sua atuação

profissional futura. Essas atividades complementares, embora não implicando em reprovação, são essenciais para a integralização da carga horária total do curso.

No que tange aos critérios de avaliação, o PPC adota uma abordagem que valoriza aspectos qualitativos sobre os quantitativos e promovendo uma avaliação contínua e contextualizada, que considera não apenas o desempenho acadêmico dos alunos, mas também seu desenvolvimento pessoal e social ao longo do processo de aprendizagem.

É válido destacar que o PPC delineia uma estrutura curricular, com uma variedade de disciplinas teóricas e práticas, abordando tanto aspectos técnicos quanto humanísticos relacionados ao campo do Desenho de Construção Civil. No entanto, realizando uma análise sob a perspectiva freiriana sugere a necessidade de uma maior ênfase na construção do conhecimento crítico e na conexão entre teoria e prática.

5.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes do presente estudo foram alunos do segundo ano do curso técnico integrado em desenho de construção civil do Instituto Federal de Sergipe, *campus* Aracaju. A turma possui quatro alunos matriculados e frequentes. O curso de desenho de construção civil tem a duração de seis semestres e atende ao público de jovens e adultos, que já concluíram o ensino fundamental, em sua maioria jovens já atuantes no mundo do trabalho.

5.3 FASES DA PESQUISA

A pesquisa foi constituída por quatro fases, das quais a primeira consistiu no planejamento e levantamento bibliográfico, o segundo passo foram as visitas e o acolhimento, logo em seguida realizamos a aplicação do questionário e para finalizar a quarta e última fase foi uma propositura para o PPC do curso Desenho de Construção Civil.

Quadro 1 - Fases da pesquisa

FASE	DURAÇÃO	ATIVIDADES	OBJETIVO
------	---------	------------	----------

Sondagem bibliográfica e planejamento	durante toda a pesquisa	Planejamento da pesquisa, junto aos coordenadores, professores, alunos e orientador da pesquisa	Identificar os pontos fortes e objetivos dos alunos
Visitas a turmas e acolhimento	Um encontro	Visita informal antes da aplicação da pesquisa	Apresentar a pesquisadora a turma participante para incentivar a conciliação entre os envolvidos na pesquisa e promover a confiança e a colaboração.
Aplicação de questionário diagnóstico	Dois encontros	Apresentação da pesquisa e aplicação do questionário diagnóstico	Coletar dados sobre o conhecimento e perspectiva em relação ao curso e os pontos positivos destacados pelos discentes.

fonte: própria autora, 2023.

5.3.1 Sondagem bibliográfica e planejamento

O objetivo desta primeira etapa foi conhecer e analisar documentos institucionais e dados de autores relevantes para a pesquisa por meio de pesquisa bibliográfica.

Foram realizadas ainda nessa primeira fase, entrevistas informais (Lima *et al*, 2015) e encontros de planejamento com a coordenação do curso, para que melhor se possa entender a metodologia e alinhar as atividades que foram realizadas.

Em conversa com a coordenadora do curso, entendemos que esses encontros seriam indispensáveis para o bom desenvolvimento e bons resultados da pesquisa.

Numa conversa com a orientação, foi decidido que a pesquisa fosse feita em apenas uma turma, a ideia inicial era realizar a pesquisa com as turmas ativas do *campus*, porém, foi orientado que a pesquisa fosse feita em apenas uma das turmas, então, foi escolhida a turma que já estava mais próxima do término do curso a pesquisa foi realizada na turma de 2021, que teve como forma de ingresso o sorteio eletrônico.

5.3.2 Visitas às turmas e acolhimento

Logo que fizemos o planejamento das atividades a serem realizadas, iniciamos a segunda fase da pesquisa, que se deu com visitas a turma do Curso Técnico de Desenho Construção Civil do IFS- *Campus* Aracaju, para entender como funciona a participação do aluno, na perspectiva de integração entre a teoria trabalhada durante o curso e a prática que é vivenciada pelos alunos fora do ambiente escolar, a que fator podemos atribuir a permanência desse aluno? Essas visitas também tiveram intuito de coletar dados sobre o objeto de estudo e saber se todos os alunos teriam interesse em participar, os alunos tiveram a opção de participar ou não da pesquisa, os alunos que optaram pela participação, preencheram o Termo de Consentimento Livre - TCLE. O TCLE, é um documento de autorização em que os participantes de uma pesquisa permitem serem estudados, termo esse que é exigido pelo Comitê de Ética e Pesquisa- CEP do IFS, para a realização da pesquisa. Após a aprovação da pesquisa pelo CEP, se deu o início e efetivação da pesquisa, o aluno que não aceitou fazer parte da pesquisa, ficou normalmente na sala de aula, participou das conversas, só não teve participação efetiva na pesquisa, não respondeu questionário, não teve suas falas registradas para serem tomadas como instrumento de coleta de dados posteriormente pela pesquisadora.

5.3.3 Apresentação da pesquisa e questionário

Após a visita, conseguimos apresentar a pesquisa, explicando cuidadosamente cada fase e o papel dos sujeitos envolvidos. Além disso, foi explicado o questionário que foi aplicado e o objetivo principal do estudo.

Apresentamos a pesquisa por meio de um *slideshow* em sala de aula para que os alunos compreendam melhor os fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso inclui a apresentação do tema do estudo, os objetivos que seriam alcançados e a metodologia utilizada.

Após a apresentação da pesquisa, foi distribuído o questionário (Apêndice A) para todos que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice B). O questionário consiste em 10 perguntas direcionadas às vivências dos

discentes na perspectiva do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), servindo como ferramenta de coleta de dados.

O questionário, composto por sete perguntas fechadas e três perguntas abertas, tem como objetivo conhecer as experiências e objetivos dos alunos, bem como compreender a perspectiva deles em relação ao curso. As questões foram lidas e explicadas pela pesquisadora, enfatizando que os alunos devem responder sem se preocupar com respostas certas ou erradas. Após esta etapa, ocorreu outro encontro de observação para entender a rotina dos alunos em sala de aula

Primeiro encontro

O primeiro encontro ocorreu inicialmente com a coordenadora. Após uma extensa comunicação por e-mail e *WhatsApp*, devido a alguns contratempos, conseguimos nos reunir pessoalmente. Conversamos sobre o funcionamento do curso, suas dificuldades e desafios, especialmente após a mudança para um processo seletivo por sorteio, método em que se reúnem todos os inscritos do processo seletivo e se realiza um sorteio das vagas, utilizando-se de ferramentas eletrônicas). Embora o sorteio seja uma forma aparentemente neutra de seleção, pode levantar questões sobre equidade e justiça. Alguns podem argumentar que não é justo que a seleção seja determinada por sorte, especialmente quando há candidatos que podem ter mais mérito ou necessidade do que outros. A mudança para um sistema de sorteio pode encontrar resistência por parte da comunidade acadêmica, dos candidatos e de outros stakeholders. Alguns podem questionar a eficácia desse método e preferir sistemas de seleção baseados em critérios mais objetivos, como desempenho acadêmico ou entrevistas.

Segundo encontro

O segundo encontro aconteceu em uma terça-feira, dia 17/10/2023, à noite, após alguns imprevistos anteriores. A coordenadora me recebeu calorosamente, e juntas fomos à sala de aula. Antes disso, conhecemos um dos alunos na área externa do campus. Surpreendentemente, a turma era composta por jovens, o que contrasta com minha expectativa inicial, que imaginei que a turma era composta por pessoas mais maduras, e não por alunos tão jovens. Apresentei a pesquisa, mesmo com problemas técnicos que impediram a exibição do *slideshow*, e expliquei o Termo de

Consentimento Livre Esclarecido. Um aluno optou por não participar, mas enfatizei a importância da participação para resultados precisos.

Propus uma conversa mais informal, coletando informações sobre os alunos e refletindo sobre a importância da permanência na sala de aula diante das dificuldades. Discutimos números relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o papel do ensino humanizado. Foi uma noite de trocas, destacando a união dos poucos alunos e a importância do diálogo para o aprendizado.

Terceiro encontro

O terceiro encontro ocorreu fora da sala de aula, buscando um ambiente mais descontraído. Conversamos sobre diversos temas, incluindo perspectivas pós-curso e vida pessoal. Compartilhei experiências com turmas da EJA em Lagarto/SE. Os alunos também expuseram suas vivências, destacando as mudanças positivas proporcionadas pela escola, apesar das dificuldades enfrentadas. Perguntei sobre a escolha pelo EJA, considerando a juventude deles, e a resposta geral indicou a busca por concluir o ensino médio e técnico simultaneamente. Foi uma noite produtiva, repleta de aprendizado e histórias compartilhadas, consolidando a relação entre a pesquisadora e os alunos.

Quarto encontro

Nosso último encontro aconteceu no dia 10/01/24. Tivemos um pouco de dificuldades, pois a coordenadora, que acompanhava a pesquisa, acabou precisando se afastar por motivos de saúde. Esperamos que ela se recupere e volte ao trabalho para termos esse nosso encontro, mas ela não conseguiu retornar, e os alunos estavam chegando na época de provas, próximo de encerrar o ano letivo. Achamos melhor fazer a aplicação do produto mesmo sem ela.

Com um aluno líder da sala, marcamos a data para nosso encontro de acordo com a disponibilidade dos demais alunos, para não atrapalhar nas atividades acadêmicas deles. Nos encontramos na sala da coordenação de elétrica, onde teriam aula após nosso encontro. Esse foi um momento muito descontraído, afinal, eles estavam chegando ao fim do último período do curso e estavam radiantes ao mesmo tempo que se queixavam de cansaço. Fiz uma retrospectiva da pesquisa, falamos dos

objetivos que a pesquisa pretendia alcançar, da metodologia utilizada, e aproveitei para parabenizá-los e agradecer a participação e disponibilidade de todos. . Por fim, mostrei para eles o *folder* pronto.

5.3.4 Análise dos dados

Quanto à análise de dados, o método utilizado foi a Análise Textual Discursiva (ATD), metodologia de análise de textos e discursos na pesquisa qualitativa muito utilizada nas Ciências Humanas, especialmente na Educação no contexto brasileiro, que se baseia basicamente nos seguintes processos: unitarização, categorização, descrição, interpretação e argumentação. A Análise Textual Discursiva (ATD), de Moraes e Galiazzi (2016) corresponde a:

Metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos, situada entre os extremos da análise de conteúdo e a análise de discurso (p. 13).

A abordagem metodológica da ATD busca compreender o discurso presente nos textos, considerando as relações entre linguagem, sociedade e cultura. É uma ferramenta flexível e adaptável, utilizada em pesquisas de diversas temáticas e perspectivas teóricas e permite possível explorar e compreender a construção de significados e sentidos presentes nos discursos, revelando as nuances e as complexidades das interações sociais e culturais.

A ATD se apresenta em etapas: unitarização, categorização e metatexto. Nesta pesquisa, o corpus de análise correspondeu aos dados obtidos das entrevistas e fragmentados a partir das principais ideias presentes. A priori, realiza-se a leitura das respostas dos participantes e são selecionados os fragmentos, que na ATD se denomina de Unidade de Significado.

Na etapa seguinte, realiza-se a categorização, que tem por objetivo estabelecer relações entre os fragmentos e categorias que possibilitem identificar essa junção de unidades de significado. As categorias podem ser estabelecidas a priori ou podem emergir na análise dos textos e discursos (Moraes; Galiazzi, 2016).

A pesquisadora identifica o que está além da intencionalidade e é conduzido no percurso da pesquisa. É necessário interpretar e compreender as “vozes” dos

participantes, ainda que no envolvimento da pesquisadora durante a análise dos dados, o questionamento inicial seja modificado pelo trajeto da pesquisa. A categorização é uma etapa fundamental na ATD, que tem por objetivo agrupar as unidades de significado delimitadas durante a unitarização em categorias que representam temas e conceitos emergentes da análise ou estabelecidos a priori, portanto, essa etapa desempenha um papel essencial ao permitir que o pesquisador organize as informações coletadas e identifique padrões, tendências e relações no discurso estudado ao relacionar e agrupar as unidades de significado.

A categorização é uma etapa fundamental na ATD, que tem por objetivo agrupar as unidades de significado delimitadas durante a unitarização em categorias que representam temas e conceitos emergentes da análise, ou estabelecidos a priori, ou seja, estabelecer relações de acordo com as semelhanças entre as unidades. Esta etapa, portanto, desempenha um papel essencial, pois favorece ao pesquisador que, na organização das unidades de significado, ao relacioná-las e agrupá-las, reconheça semelhanças, tendências e padrões nas informações coletadas.

Neste estudo, as categorias foram construídas considerando os temas que surgiram da análise, bem como os conceitos e teorias relevantes sobre a temática. É importante destacar que as categorias na ATD não são fixas e podem ser modificadas à medida que novas informações são obtidas e compreendidas. A categorização é um processo interpretativo que requer do pesquisador uma compreensão profunda do discurso investigado e das questões que estão sendo abordadas. É um momento de reflexão crítica sobre as unidades de significado identificadas, permitindo uma análise sistemática do material coletado.

Quanto ao Metatexto, etapa fundamental da ATD, são inseridas as falas e as citações dos fragmentos do corpus analisado, “os autores dos textos analisados deverão perceber representados no metatexto o que expressaram mesmo sabendo que há interpretação do pesquisador.” (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 147).

Uma produção escrita não é um mero expressar de conhecimentos já perfeitamente constituídos, mas que representa ao mesmo tempo momento de concretização de novas aprendizagens, juntamente com a sua expressão, a produção de metatextos é movimento de constante construção e reconstrução.

O termo "metatexto" refere-se a um processo de elaboração textual que envolve a articulação das categorias de análise. Esse processo visa construir um texto que sintetiza e integra as informações derivadas da análise de dados. O metatexto é

considerado uma forma de texto que se posiciona acima do texto analisado, uma vez que é uma construção fundamentada na análise de dados, proporcionando a interpretação dos resultados obtidos.

Funcionando como uma síntese, o metatexto facilita a compreensão mais profunda dos dados, possibilitando a construção de interpretações mais significativas dos fenômenos estudados. No contexto da análise textual discursiva, o metatexto emerge como uma ferramenta que permite a elaboração de interpretações integradas dos dados resultantes da análise dos textos.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional proposto, intitulado "Tutoria e sua Práxis: Um Caminho para Fortalecer o Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Desenho e Construção Civil na EJA do Campus Aracaju do IFS", representa uma abordagem inovadora e abrangente para melhorar a qualidade do ensino técnico oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

A introdução contextualiza a importância da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho e Construção Civil, na modalidade EJA, destacando a necessidade de práticas educacionais que fortaleçam sua execução e impacto. Nesse sentido, o produto educacional proposto visa potencializar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do referido curso através da integração da práxis educacional com o suporte personalizado de uma tutoria.

A análise inicial destaca os pontos fortes do Projeto Pedagógico, tais como objetivos claros e abrangentes, perfil profissional alinhado às demandas do mundo do trabalho, acesso inclusivo, organização curricular flexível e integrada, além do enfoque na prática profissional e vivências reais. Esses aspectos positivos são essenciais para proporcionar uma formação técnica humanística, crítica, reflexiva e emancipadora, alinhada às exigências do setor da construção civil e às necessidades dos estudantes.

No entanto, também são identificadas áreas passíveis de melhorias, como a atualização curricular, inclusão de disciplinas sobre sustentabilidade, fortalecimento de atividades práticas e estágios, aprimoramento da avaliação dos alunos, promoção da diversidade e inclusão, e melhoria da infraestrutura. Essas melhorias são cruciais para garantir uma formação mais completa e alinhada às demandas do mundo do trabalho, preparando os alunos para os desafios reais da área.

A segunda parte do Produto Educacional propõe a implementação de um programa de tutoria para os estudantes do curso técnico em Desenho e Construção Civil. Esse programa visa oferecer um acompanhamento mais próximo e individualizado aos alunos ao longo de sua jornada acadêmica, proporcionando orientação especializada, apoio na resolução de dúvidas, discussão de casos práticos, orientação sobre projetos acadêmicos e profissionais, networking e conexão com oportunidades de estágio e emprego.

A estruturação do programa de tutoria em etapas, incluindo identificação de necessidades, match entre mentor e aluno, estabelecimento de objetivos,

planejamento e realização de sessões, acompanhamento e avaliação, e encerramento do programa, demonstra um compromisso com a eficácia e o sucesso do mesmo.

Assim, o Produto Educacional ao integrar a práxis educacional com a tutoria personalizada, busca-se proporcionar uma formação mais completa, alinhada às demandas do mundo do trabalho e às necessidades dos estudantes, contribuindo assim para o sucesso acadêmico, profissional e pessoal dos alunos.

7 ANÁLISE DE DADOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

O sucesso na retenção e motivação dos alunos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um processo complexo, permeado por diversos desafios. O diálogo com a ex-coordenadora da modalidade, revelou estratégias fundamentais para lidar com esses desafios, desde a divulgação inicial até a implementação de práticas pedagógicas eficazes.

7.1 Estratégias de Divulgação e Recepção

A primeira etapa para manter os alunos na EJA é a divulgação efetiva da modalidade. Conforme mencionado pela ex-coordenadora, a apresentação da proposta do curso em visitas a locais estratégicos é uma estratégia essencial. Nesses encontros, os coordenadores de curso explicam os objetivos e projetos do curso, permitindo que os alunos interessados compreendam completamente o que está em jogo. Essa abordagem não apenas ajuda a atrair alunos adequados para a modalidade, mas também reduz as taxas de desistência, uma vez que os alunos estão bem-informados e alinhados com as expectativas desde o início.

No entanto, uma vez que os alunos estejam matriculados, a fase de recepção é igualmente relevante. Experiências como as descritas acima pela ex-coordenadora destacam a importância de uma recepção calorosa e inclusiva, demonstrando aos alunos que são valorizados e bem-vindos na escola. A falta de familiaridade inicial pode levar à desistência precoce, mas o estabelecimento de um ambiente acolhedor pode fazer toda a diferença, como evidenciado pelo aumento no comparecimento dos alunos após uma recepção mais engajada.

7.2 Desafios Pedagógicos e Soluções Adaptativas

Uma vez superados os desafios iniciais de recrutamento e recepção, surgem novos obstáculos no âmbito pedagógico. A falta de material didático adequado e de orientação para os professores pode ser uma barreira significativa. Quando iniciei com essa modalidade senti falta de planejamento e capacitação específica que até me

colocou em situações desafiadoras, exigindo que ela buscasse recursos por conta própria para atender às necessidades da turma.

Essa experiência destaca a importância de investir na formação contínua dos professores da EJA, garantindo que estejam equipados com as habilidades e recursos necessários para atender às demandas únicas dessa modalidade. Além disso, a adaptação do material e das práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos da EJA é essencial para promover o engajamento e o sucesso acadêmico.

7.3 Construindo um Sentimento de Pertencimento e Identidade Institucional

Um aspecto para manter os alunos na EJA é promover um senso de pertencimento e identidade institucional. Os alunos da EJA muitas vezes enfrentam estigmas e se sentem marginalizados dentro da instituição educacional. Portanto, é fundamental criar oportunidades para que se sintam valorizados e integrados à comunidade escolar.

O envolvimento dos alunos em projetos colaborativos, visitas a outras instituições e atividades extracurriculares pode fortalecer esse sentimento de pertencimento e contribuir para a retenção dos alunos. Ao fazer com que se sintam parte integral da escola, os alunos são mais propensos a se comprometer com seu aprendizado e permanecer na modalidade até a conclusão de seus estudos.

A permanência dos alunos na Educação de Jovens e Adultos requer uma abordagem holística que aborde não apenas os desafios acadêmicos, mas também os aspectos sociais, emocionais e institucionais. Ao adotar estratégias de divulgação eficazes, oferecer suporte pedagógico adaptativo e promover um ambiente inclusivo e acolhedor, as instituições podem aumentar significativamente as chances de sucesso dos alunos na EJA.

Analisando os dados fornecidos pela CRE (Coordenadoria de Registro Escolar) a respeito do curso Técnico de Nível Médio Integrado em Desenho de Construção Civil no ano de 2018, podemos observar que houve uma alta taxa de cancelamento e evasão dos alunos matriculados.

Dos 33 alunos ingressantes em 2018.1, apenas 5 alunos concluíram o curso, enquanto os outros 28 alunos tiveram suas matrículas canceladas ou evadiram-se. Isso representa uma taxa de sucesso de apenas cerca de 15% na conclusão do curso.

Entre os motivos para o cancelamento e evasão dos alunos, podemos identificar alguns padrões. Parece haver uma tendência significativa de evasão entre os alunos, com 22 dos 28 casos sendo classificados como evasão. Isso sugere que há questões sistêmicas ou individuais que levam os alunos a abandonarem o curso antes da conclusão.

Além disso, pode-se notar que alguns alunos tiveram suas matrículas canceladas, mas não necessariamente evadiram-se do curso. Isso pode indicar problemas administrativos ou pessoais que impediram esses alunos de continuar no programa.

É importante realizar uma análise mais aprofundada para entender as causas subjacentes do alto índice de cancelamento e evasão. Questões como falta de suporte acadêmico, dificuldades financeiras, problemas familiares, ou inadequação do curso às necessidades dos alunos podem estar contribuindo para esse cenário.

Compreender esses desafios é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de retenção e suporte aos alunos, visando melhorar os resultados de conclusão do curso e garantir uma experiência educacional mais satisfatória para todos os envolvidos.

Ainda analisando esses dados fornecidos pela CRE, no ano de 2019, observamos que a maioria dos alunos matriculados não concluiu o curso, havendo uma alta taxa de cancelamento e evasão.

Dos 29 alunos matriculados, apenas 4 concluíram o curso, enquanto os outros 25 alunos tiveram suas matrículas canceladas ou evadiram-se. Isso representa uma taxa de sucesso de apenas cerca de 14% na conclusão do curso.

Assim como no caso de 2018, em 2019 também é evidente uma predominância de evasão entre os alunos, com 22 dos 25 casos sendo classificados como evasão. Isso sugere que há problemas sistêmicos ou individuais que levam os alunos a abandonarem o curso antes de sua conclusão.

É importante investigar mais a fundo as razões por trás do alto índice de cancelamento e evasão. Pode haver diversos fatores contribuintes, como falta de suporte acadêmico, dificuldades pessoais ou financeiras, inadequação do curso às necessidades dos alunos, entre outros.

Compreender esses desafios é essencial para desenvolver estratégias eficazes de permanência e apoio aos alunos, visando melhorar os índices de conclusão do curso e proporcionar uma experiência educacional mais satisfatória para todos os envolvidos.

No ano de 2020, podemos observar que houve uma combinação de alunos que concluíram o curso e outros que tiveram suas matrículas canceladas, principalmente devido à evasão.

Dos 20 alunos matriculados em 2020.1, 7 concluíram o curso com sucesso, enquanto os outros 13 tiveram suas matrículas canceladas, a maioria devido à evasão. Isso representa uma taxa de sucesso de aproximadamente 35% na conclusão do curso.

A evasão continua sendo uma preocupação significativa, com 11 dos 13 casos de cancelamento sendo classificados como evasão. Isso sugere que, apesar de algumas melhorias em relação aos anos anteriores, ainda há desafios em reter os alunos até a conclusão do curso.

Notamos que um número baixo de alunos conseguiu concluir o curso com sucesso. Isso sugere que pode haver práticas ou estratégias eficazes em vigor que contribuíram para o sucesso desses alunos, e essas práticas podem ser examinadas e replicadas para melhorar os resultados para todos os alunos no futuro.

Ou seja, enquanto há progresso em relação aos anos anteriores, ainda há trabalho a ser feito para melhorar os índices de conclusão do curso e reduzir a evasão, garantindo uma experiência educacional mais positiva e bem-sucedida para todos os alunos envolvidos.

Já em 2021, observamos que houve um número significativo de desistências em relação ao número de vagas disponíveis e alunos matriculados.

Das 14 matrículas realizadas, apenas 2 alunos concluíram o curso com sucesso, enquanto os outros 12 alunos tiveram suas matrículas canceladas devido à evasão. Isso representa uma taxa de sucesso muito baixa, com apenas cerca de 14% dos alunos matriculados concluindo o curso.

A maioria dos casos de cancelamento foi devido à evasão, o que indica que ainda há desafios significativos em manter os alunos engajados e motivados ao longo do curso. Essa alta taxa de desistência pode ser resultado de uma série de fatores, como problemas pessoais, acadêmicos, financeiros ou mesmo insatisfação com o curso.

É fundamental investigar mais a fundo as razões por trás das desistências para identificar áreas de melhoria e implementar estratégias eficazes de suporte aos alunos. Isso pode incluir programas de mentoria, orientação acadêmica, apoio psicológico e outras medidas para ajudar os alunos a superar os desafios e persistir até a conclusão do curso.

Além disso, é importante avaliar a eficácia do programa e das práticas de recrutamento e seleção de alunos para garantir que os candidatos selecionados estejam adequadamente preparados e motivados para o curso.

Em resumo, os dados de 2021 destacam a necessidade de um esforço contínuo para melhorar a retenção de alunos e garantir uma experiência educacional positiva e bem-sucedida para todos os envolvidos no programa.

No último edital que tivemos no período de 2022.1, observamos o seguinte:

Foram disponibilizadas 40 vagas para o curso.

Houve um total de 5 matrículas efetuadas.

Dentre os matriculados, 2 alunos estão ativos e 3 tiveram suas matrículas canceladas.

A partir desses dados, podemos observar que houve uma baixa adesão ao curso no período em questão, com apenas 5 matrículas efetuadas, preenchendo apenas uma pequena fração das vagas disponíveis.

É interessante notar que dos alunos matriculados, 2 estão ativos, o que indica um interesse inicial em participar do curso. No entanto, 3 alunos tiveram suas matrículas canceladas, sendo classificadas como evasão. Isso sugere que houve desistência por parte desses alunos antes mesmo de iniciarem as aulas.

Essa taxa de desistência precoce pode ser um indicativo de possíveis desafios ou insatisfações enfrentadas pelos alunos durante o processo de matrícula ou no início do curso. Identificar as razões por trás dessas desistências é fundamental para implementar estratégias que melhorem a retenção e o engajamento dos alunos.

Além disso, é importante revisar os processos de recrutamento, seleção e suporte aos alunos para garantir que as expectativas sejam alinhadas e que os estudantes recebam o apoio necessário para terem sucesso ao longo do curso.

Os dados de 2022.1 destacam a necessidade de uma análise mais detalhada das razões por trás das desistências e a implementação de medidas para melhorar a adesão e a retenção dos alunos no curso.

Ao analisar os dados fornecidos pela CRE, nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, fica evidente um padrão preocupante de alta taxa de cancelamento e evasão entre os alunos matriculados.

Essa análise revela a urgência de investigar mais profundamente as razões subjacentes para o alto índice de cancelamento e evasão. Questões como falta de suporte acadêmico, dificuldades financeiras, problemas pessoais e inadequação do curso às necessidades dos alunos podem estar contribuindo para esse cenário.

É imperativo que medidas eficazes sejam implementadas para melhorar a retenção e o sucesso dos alunos, incluindo programas de suporte acadêmico, orientação individualizada, acompanhamento psicológico e revisão dos processos de recrutamento e seleção de alunos.

Os dados destacam a necessidade de uma abordagem holística para abordar os desafios enfrentados pelos alunos, visando garantir uma experiência educacional mais positiva e bem-sucedida para todos os envolvidos no programa. O quadro a seguir resume os dados quantitativos sobre a performance do curso Técnico de Nível Médio Integrado em Desenho de Construção Civil entre os anos de 2018 a 2022, enfocando nas taxas de conclusão, cancelamento e evasão:

Ano	Alunos Matriculados	Alunos Concluíram	que Cancelamento/Evasão	Taxa de Sucesso (%)	Taxa de Evasão (%)
2018	33	5	28	15.15	84.85
2019	29	4	25	13.79	86.21
2020	20	7	13	35.00	65.00
2021	14	2	12	14.29	85.71
2022	5	0	3	0.00	60.00

Este quadro ilustra a evolução do desempenho do curso ao longo do tempo, com as taxas de sucesso variando anualmente. Nota-se uma melhoria significativa em 2020 com uma taxa de sucesso de 35%, mas uma redução drástica na adesão ao curso em 2022, onde até o momento não há registros de conclusão. As altas taxas de evasão destacam os desafios enfrentados para manter os alunos engajados e motivados até a conclusão do curso.

7.3.1 Perfil dos alunos

ALUNO 1

O aluno que respondeu a este questionário faz parte do curso Proeja, no 6º módulo. Com base nas respostas fornecidas, é possível traçar um perfil desse aluno. Primeiramente, identificamos que se trata de um aluno do gênero masculino, solteiro e que atualmente está trabalhando. Ele não tem filhos e ficou afastado da escola por mais de 8 anos, devido a dificuldades financeiras e a necessidade de trabalhar. Sua motivação para voltar a estudar inclui a busca por melhores oportunidades de emprego, a obtenção do diploma técnico pelo PROEJA e a perspectiva de concluir o ensino médio para cursar uma universidade. Ele escolheu o Curso Técnico em Desenho Civil no Campus Aracaju como uma forma de ampliar suas oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

Quando questionado sobre sua perspectiva de futuro em relação à profissão, ele destaca as novas possibilidades de trabalho que o curso proporcionará para ele. Além disso, expressa o desejo de divulgar mais o curso, indicando um interesse em aumentar o conhecimento e a visibilidade da área.

Em uma roda de conversa que tivemos, num dado momento lhe foi perguntado: Como você se define enquanto estudante?

Ele então, disse:

“Ah, sou esforçado, eu só preciso que a escola me entenda”.

Fiz mais uma pergunta, em sua opinião, por que o curso tem tão poucos alunos?

“Muita coisa. Os horários, as exigências, e às vezes até os professores que parecem que não querem ensinar.”

Por fim, ao se descrever em uma frase, o aluno escolhe o termo "persistente", o que sugere que ele é determinado e tem a capacidade de enfrentar desafios com resiliência.

Durante toda a conversa ele fala em “futuro melhor”.

Portanto, podemos concluir que este aluno é alguém dedicado, motivado pela busca por melhores oportunidades profissionais e disposto a superar obstáculos para alcançar seus objetivos educacionais e de carreira. Sua escolha pelo curso técnico em Desenho Civil demonstra um interesse em adquirir habilidades específicas para

atuar no mundo do trabalho, aproveitando as oportunidades proporcionadas pelo programa Proeja.

ALUNO 2

Com base nas informações fornecidas pelo questionário diagnóstico do aluno do curso Técnico de Nível Médio Integrado em Desenho de Construção Civil, podemos traçar um perfil que revela um conjunto de características e motivações específicas.

Primeiramente, é importante notar que o aluno é do sexo masculino, solteiro e possui 25 anos de idade. Ele não tem filhos e está atualmente empregado, indicando uma busca ativa pelo aprimoramento profissional. Essa dedicação ao trabalho pode ser um fator determinante para sua decisão de voltar a estudar e fazer o curso técnico em Desenho Civil.

Ao analisar o motivo pelo qual se afastou da escola, o aluno destacou dificuldades financeiras como um dos principais obstáculos. Isso sugere que ele pode ter enfrentado desafios socioeconômicos que o impediram de continuar os estudos anteriormente. No entanto, sua persistência e determinação em retornar à escola refletem um forte desejo de avançar em sua carreira e melhorar suas condições de vida.

A escolha específica pelo curso técnico em Desenho Civil parece estar alinhada com suas aspirações profissionais, já que ele menciona o objetivo de conseguir emprego com melhor remuneração após a conclusão do curso. Essa motivação demonstra uma compreensão clara das oportunidades oferecidas pelo mundo do trabalho na área de construção civil e uma estratégia consciente para alcançar seus objetivos profissionais.

Quanto às perspectivas de futuro, o aluno destaca a busca por novas oportunidades de trabalho como um dos pontos positivos do curso. Isso indica que ele está ciente das possibilidades de crescimento e desenvolvimento profissional que o curso pode proporcionar, demonstrando uma mentalidade voltada para o progresso e a melhoria contínua.

Ao descrever a si mesmo em uma frase, o aluno se autodefine como "alguém que não desiste de tudo". Essa afirmação revela uma característica de resiliência e determinação, sugerindo que ele está disposto a enfrentar desafios e superar obstáculos em sua jornada educacional e profissional.

Em resumo, o perfil do aluno revela um indivíduo determinado, consciente das dificuldades que enfrenta, mas comprometido em buscar oportunidades de crescimento e avanço profissional. Sua decisão de voltar a estudar e fazer o curso técnico em Desenho Civil é motivada pelo desejo de melhorar suas perspectivas de emprego e alcançar uma maior realização pessoal e profissional.

O aluno 2 também participou da roda que tivemos.

A ele foi perguntado:

Por que o curso deve receber investimentos?

“Porque é muito importante para quem não terminou os estudos e quer voltar, e com investimentos, talvez fosse possível ter mais aula prática, passeio em locais que pudéssemos aprender”.

E para você o que precisa ser mudado no ppc do do curso?

“Acho que pode ser levado em consideração o que o aluno realmente precisa, a essa altura do campeonato nós precisamos de assunto direcionado pra nossa realidade.”

ALUNO 3

O perfil apresentado é o de um homem de 20 anos, solteiro, pertencente ao módulo 3 de um curso técnico. Ele se identifica como negro e está empregado. Ficou afastado da escola por um período de 1 a 2 anos, principalmente devido a dificuldades financeiras relacionadas à alimentação e ao transporte. Essa experiência sugere uma realidade socioeconômica desafiadora, que pode ter sido um obstáculo significativo para sua educação continuada.

O motivo que o levou a voltar a estudar foi a possibilidade de obter um diploma técnico por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o que demonstra um desejo de melhorar suas perspectivas de emprego e avançar em sua carreira. Sua escolha pelo curso técnico em Desenho Civil também está relacionada à oportunidade de obter um diploma por meio do PROEJA, indicando que a oferta desse programa foi um fator chave em sua decisão educacional.

Sua perspectiva de futuro está centrada na conclusão de objetivos iniciados, refletindo um desejo de sucesso pessoal e, possivelmente, uma aspiração por

melhores condições de vida e profissão. Isso pode ser interpretado como um sinal de determinação e persistência diante das dificuldades enfrentadas.

Quando questionado sobre o que mudaria no curso, ele expressa a necessidade de uma abordagem mais personalizada, na qual o curso conheça os alunos e compreenda suas dificuldades. Isso sugere uma preocupação com a qualidade do ensino e o apoio oferecido aos estudantes, indicando um desejo de um ambiente educacional mais inclusivo e voltado para as necessidades individuais.

Ao se considerar uma pessoa dedicada, ele pode estar refletindo sua atitude em relação ao seu compromisso com o estudo e sua determinação em superar obstáculos para alcançar seus objetivos educacionais e profissionais.

Ou seja, o entrevistado enfrentou desafios significativos em sua jornada educacional, mas demonstra uma determinação em melhorar sua situação por meio da educação e do desenvolvimento profissional. Suas respostas também destacam a importância de programas educacionais adaptados às necessidades individuais dos alunos, a fim de promover uma experiência educacional mais eficaz e inclusiva.

Participação da roda de conversa desse discente.

Quando foi questionado sobre dificuldades ele nos disse que:

“Acredito que por ser negro devo enfrentar mais dificuldades que meus colegas de curso, apesar de termos as mesmas capacidades intelectuais.”

Ainda sobre dificuldades lhe foi perguntado:

O que fez você permanecer no curso, mesmo diante das dificuldades?

“A vontade de crescer na vida, por mais que estivesse difícil, eu sabia que era uma fase ruim e logo iria passar, e é claro, que quando era utilizada uma aula mais leve com boas metodologias me dava um gás e vontade de ir até o fim. Mas confesso que se as aulas fossem mais práticas, seriam menos cansativas e conseguiríamos aproveitar melhor, as vezes fica muito cansativa, como já estamos cansados, a vontade que dar é ir embora,rsrsrs.”

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a retenção e motivação dos alunos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) revelou uma série de desafios enfrentados ao longo dos anos, destacando a complexidade desse processo. A análise dos dados quantitativos entre os anos de 2018 a 2022 evidenciou um padrão preocupante de alta taxa de cancelamento e evasão entre os alunos matriculados no curso Técnico de Nível Médio Integrado em Desenho de Construção Civil.

As estratégias de divulgação e recepção, se mostraram um excelente método para auxiliar na permanência desses discentes, essas estratégias demonstraram a importância de apresentar claramente os objetivos e projetos do curso desde o início, além de garantir uma recepção calorosa e inclusiva aos alunos. No entanto, apesar desses esforços iniciais, os dados mostram que ainda há desafios em manter os alunos engajados e motivados ao longo do curso.

Os desafios pedagógicos também foram identificados, incluindo a falta de material didático adequado e orientação para os professores, destacando a necessidade de investir na formação contínua e adaptação do material para atender às necessidades específicas dos alunos da EJA.

Além disso, a pesquisa revelou a importância de promover um sentimento de pertencimento e identidade institucional entre os alunos, a fim de combater os estigmas e a marginalização que muitas vezes enfrentam dentro da instituição educacional.

Ao traçar perfis de alunos matriculados nos cursos, foi possível observar uma variedade de motivações e desafios individuais enfrentados por cada um, destacando a importância de abordagens personalizadas e programas educacionais adaptados às necessidades específicas dos alunos.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de lidar com os desafios de permanência e motivação dos alunos na modalidade da EJA. Isso inclui o desenvolvimento de estratégias de divulgação, recepção e suporte pedagógico, bem como a promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor que valorize e integre os alunos à comunidade escolar. A implementação dessas medidas é essencial para garantir uma experiência educacional mais positiva e bem-sucedida para todos os envolvidos no programa de EJA.

A compreensão dos motivos que levam os discentes a prosseguirem no Curso Técnico em Desenho Civil no Campus Aracaju é fundamental para promover uma educação de qualidade e garantir a efetividade do processo educacional. Nesse contexto, a análise das práticas pedagógicas adotadas no curso desempenha um papel crucial, contribuindo para a identificação de estratégias que favorecem o aprendizado e a permanência dos alunos.

Dentre as práticas pedagógicas que podem ser identificadas como favorecedoras da permanência dos alunos, destaca-se a personalização do ensino. Por meio dessa abordagem, os educadores reconhecem e respondem às necessidades individuais dos estudantes, considerando seus perfis e experiências prévias. Essa personalização pode ser alcançada por meio da diversificação de métodos de ensino, adaptação de conteúdos e oferta de atividades que levem em conta as habilidades e interesses específicos dos alunos. Ao sentir-se reconhecido e valorizado como indivíduo, o aluno tende a se engajar mais com o processo de aprendizagem e a permanecer no curso.

Outra prática relevante é o fornecimento de apoio pedagógico e orientação. Disponibilizar suporte acadêmico individualizado, por meio de tutorias, monitorias ou programas de apoio ao estudo, demonstra o compromisso da instituição em auxiliar os alunos em seu percurso educacional. Esse acompanhamento próximo não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também fortalece sua autoconfiança e senso de pertencimento à comunidade escolar, fatores essenciais para a permanência e o sucesso no curso.

Além disso, a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor também é uma prática fundamental. Ao promover o respeito à diversidade e a valorização das diferentes trajetórias de vida dos alunos, a instituição contribui para o estabelecimento de vínculos positivos entre os estudantes e a escola. A sensação de pertencimento e a construção de relações interpessoais sólidas dentro do ambiente educacional são aspectos que influenciam diretamente na permanência dos alunos, pois fortalecem seu comprometimento com os estudos e sua identificação com a instituição.

Portanto, as práticas pedagógicas adotadas no Curso Técnico em Desenho Civil no Campus Aracaju que favorecem a permanência dos alunos são aquelas que reconhecem sua individualidade, oferecem apoio personalizado e promovem um ambiente inclusivo e acolhedor. Ao implementar estratégias que valorizem e atendam às necessidades dos estudantes, a instituição contribui não apenas para a retenção

dos alunos, mas também para o seu desenvolvimento acadêmico e pessoal ao longo do curso.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Mercia Ferreira; PONTES, Ana Paula Furtado Soares. PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FATORES DIFICULTADORES. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 7, n. 1, p. 54-67, 2023.

AMBROSINI, Tiago Felipe; ESCOTT, Clarice Monteiro. O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 16, p. e7852-e7852, 2019.

AMADO, Luiz Antônio, Saléh. O Proeja e a proposta de integração curricular: Dispositivos analisadores da educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 411-428, maio/ago., 2015

ARRUDA, Angela Cristina Souza. **O Mobral e a educação de jovens e adultos: uma representação ideológica da ditadura militar**. 2018. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28607>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ARROYO, M. Formar Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos. In: SOARES, L. (organizador). **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

AZEVEDO, M. A. **Uma década do Decreto nº 5.154/2004 e do PROEJA**: notas do debate. HOLOS, v. 6, p. 92-102, 2016.

ARAUJO, R. M. de L. **Práticas pedagógicas e ensino integrado** – Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 7).

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos: Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394/96 (LDB)**, 2018.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.

BRASIL. MEC. **Documento Base Proeja**. Brasília: MEC, 2007.

BARROS, R. I.; CAVALCANTI, R. J. S. Diversidade sexual e de gênero no currículo da educação profissional: dizeres das/os estudantes. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 53, p. 211-224, 2021.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de; MACHADO, Maria Margarida, VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **Educação Integrada e Proeja**: diálogos possíveis. Educação e Realidade. UFRGS: v. 35, nº 01, 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/11026>.

ClAVATTA, M. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **HOLOS**, v. 6, p. 33-49, 2016.

COELHO, Juçara Eller; GONÇALVES, Aparecida Rocha. PROEJA: O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO. **Revista Técnico-Científica do IFSC**, v. 1, n. 3, p. 63-63, 2012.

CURY, Carlos R. Jamil. **Por uma nova Educação de Jovens e Adultos**. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos. Boletim, 20 a 29 set. 2004.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando e RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, v.41 n. 144, p.770-89, dez. 2011.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C.O.B.; COSTA, R. de C.D. Proeja e Pronatec: ciclo de políticas, políticas recicladas. In: **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, 2013. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/45658/28838>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002 .

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. **O Proeja e a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2018

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019** (PDI 2014-2019), Aracaju-SE junho de 2014.

Kenzer. A. Z. **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível**, 2018.

LIMA, Raullyan Borja et al. **Projetos de educação ambiental nas redes de ensino estadual e municipal na cidade de Macapá**, Amapá, Brasil. 2015.

LOPES, Andréa dos Santos. **O direito ao acesso e permanência na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional - PROEJA**: estudo de caso em um campus do IFSP. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **Holos**, v. 2, p. 114-129, 2012.

MOURA, Dante Henrique. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –Proeja: Entre potencialidades e entraves diante de projetos societários em disputa. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, nº 1, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2017

MOURA, Dante Henrique. **O Proeja e a rede federal de educação profissional e tecnológica**. Natal:[sn], 2006.

MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C. **Análise textual discursiva**. 3.ed.revista e ampliada. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MOREIRA, Larici Keli Rocha; LAMBERT, Aline dos Santos; CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura. **Educação profissional e tecnológica: permanência e evasão em foco**. 2018.

OLIVEIRA, Edna Castro; SCOPEL, Edna Graça. UMA DÉCADA DO PROEJA: SUA GÊNESE, BALANÇO E PERSPECTIVA. **Holos**, v. 6, p. 120-144, 2016.

RODRIGUES, José. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Trabalho, educação e saúde**, v. 3, p. 259-282, 2005.

RUMBERGER, R. LIM, S. A. **Why students drop out of school: a review of 25 years of research**. Santa Barbara: University of california , 2008.

SANTOS, S. V. **Possibilidades para EJA, possibilidades para Educação Profissional: O PROEJA**, 2008.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de evasão e permanência na educação profissional. **Cadernos Cedes**, v. 34, p. 403-408, 2014.

SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**, v. 39, p. 403-417, 2013.

VITORETTE, J.M.B. **A não consolidação do proeja como política pública de estado.** Tese de Doutorado. 2014. 253 f. Programa de Pós-Graduação em Educação DINTER em Educação CEPES/UFG/CAJ/CAC/IFG. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2014.

ZANIN, Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Permanência e abandono escolar na educação profissional: refletindo sobre alguns de seus motivadores. **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 1, p. 47-54, 2020.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Proeja	Módulo:
Gênero: F () M ()	Idade:
Estado civil ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Mora com um(a) companheiro(a) ☐ Separado(a), divorciado(a), desquitado(a) ☐ Outro. Qual _____	
Raça ☐ Branco(a) ☐ Preto(a) ☐ Pardo(a) ☐ Amarelo(a) ☐ Indígena	
Trabalha atualmente? Sim () Não ()	
Você tem filhos? Sim () Não ()	
SOBRE SUA VIDA ESCOLAR	
1. Quanto tempo você ficou afastado da escola? ☐ de 1 a 2 anos ☐ de 3 a 4 anos ☐ de 4 a 5 anos ☐ de 5 a 6 anos ☐ de 7 a 8 anos ☐ mais de 8 anos	
2. Porque você se afastou da escola? ☐ dificuldades financeiras: transporte, alimentação, etc. ☐ cuidar dos filhos e/ou da casa ☐ problemas de saúde ☐ necessidade de trabalhar ☐ falta de motivação para estudar ☐ Outro. Qual? _____	

3. O que motivou você a voltar a estudar?

- ☐ conseguir emprego com salário melhor após a conclusão do curso
- ☐ exigência da empresa em que trabalho
- ☐ obter o diploma de técnico através do PROEJA
- ☐ concluir o ensino médio para cursar uma universidade
- ☐ aumentar a oportunidade de ingresso no mundo do trabalho através do Curso Técnico
- ☐ outro _____

4. O que motivou você a fazer o Curso Técnico em Desenho de Construção Civil no Campus Aracaju?

- ☐ conseguir emprego com salário melhor após a conclusão do curso
- ☐ exigência da empresa em que trabalho
- ☐ obter o diploma de técnico através do PROEJA
- ☐ aumentar a oportunidade de ingresso no mundo do trabalho através do Curso Técnico.

5. Qual sua perspectiva de futuro, em relação à profissão ? quais os pontos positivos do curso que você destaca?

6. Se você pudesse, o que mudaria no curso?

7. Se descreva em uma frase.

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



7. TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Persistência, falando da permanência dos alunos na Educação Profissional de Jovens e Adultos integrada ao ensino médio: Curso Desenho de Construção Civil Campus Aracaju, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Ronielle Batista Oliveira Santos, com endereço na Rua: Pista da Pissarreira, Bairro: Colônia Treze, Lagarto-SE, 49400-000 – (79) 99839-6196 email: ronniellebatista@gmail.com, para contato do pesquisador responsável.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade. INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Descrição da pesquisa: O papel que a escola desempenha na construção humana é inquestionável, por meio das práticas que ele aprende e desenvolve na escola, o ser humano tem a possibilidade de exercer sua cidadania, nesse sentido, a escola deve desempenhar um papel crucial no fomento à formação voltada para o ser omnilateral. O objetivo geral do estudo é entender quais motivos levam os discentes a continuarem no Proeja no curso de desenho de construção civil *campus* Aracaju; Discutir o perfil estudantil dos alunos do curso integrado desenho de construção civil *Campus* Aracaju; Reconhecer possíveis aplicações e práticas integradoras contextualizadas que favoreçam o aprendizado e permanência do discente no curso; Produzir um Folder com a história do curso desenho de construção civil *campus* Aracaju e relatos dos alunos contando suas experiências positivas no curso. Todos os alunos serão reunidos na sala de aula onde haverá uma conversa prévia a respeito do projeto e logo após o questionário será aplicado, ressaltando também o anonimato de suas respostas.
- O período de participação do voluntário na pesquisa terá início a partir do dia 10 de junho e terminará em 10 de julho de 2023, onde será realizado uma visita.
- Possíveis riscos com a aplicação do questionário como, cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. Para sanar possíveis riscos e/ou evitá-los terá um breve esclarecimento de como acontecerá a pesquisa, informando os termos TCLE e a quantidade aproximada do tempo que utilizará para responder o questionário.
- Benefícios proveniente da pesquisa será a apresentar os benefícios de uma prática integradora aos discentes; Mensuração dos níveis de conhecimento sobre o desenho civil; Utilização de ferramentas tecnológicas na educação.
- A desistência ou a não participação não acarretarão prejuízos aos estudantes, no tocante avaliação/nota nas disciplinas, essas informações serão passadas de maneira clara para os

alunos no apresentar da pesquisa, a participação será voluntária e todos ficarão cientes a todo tempo.



Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador, orientador), no endereço (acima informado ou colocar o endereço do local), pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025-330.: (79) 3711 – 1422e-mail: cep@ifs.edu.br).

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF, abaixo assinado pela pessoa por mim designada, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar da pesquisa Persistência, falando da permanência dos alunos na Educação Profissional de Jovens e Adultos integrada ao ensino médio: Curso Desenho de Construção Civil Campus Aracaju. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

A rogo de _____, que é (deficiente visual ou está impossibilitado de assinar), eu _____ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Local e data

Assinatura

Presenciamos solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

APÊNDICE C – FOLDER

MOTIVOS PARA PERMANECER

1. Apoio dos Professores:
 - o O suporte e orientação oferecidos pelos professores desempenham um papel crucial na decisão dos estudantes de permanecerem no PROEJA. O apoio educacional influencia positivamente a experiência de aprendizado, criando um ambiente propício para o sucesso acadêmico.
2. Infraestrutura e Qualificação da Equipe Técnica:
 - o A qualidade da infraestrutura física da instituição e a competência da equipe técnica e dos professores são fatores determinantes para a permanência dos estudantes. Ambientes propícios ao aprendizado, aliados a profissionais qualificados, contribuem para uma experiência educacional enriquecedora.
3. Apoio dos Colegas e da Família:
 - o A presença de um suporte social, tanto dos colegas quanto da família, é outro elemento que favorece a permanência no PROEJA. O incentivo e compreensão desses grupos fortalecem a determinação dos estudantes em continuar seus estudos.
4. Possibilidade de Complementar a Renda Familiar:
 - o A oportunidade de complementar a renda familiar é um fator prático que motiva a permanência no programa. A integração de auxílios financeiros, como bolsas de trabalho, transporte e alimentação, torna o PROEJA uma alternativa viável para conciliar estudos e necessidades econômicas.
5. Busca por Qualificação Profissional:
 - o A intenção de adquirir qualificação profissional é uma razão significativa para permanecer no PROEJA. A integração da educação profissional ao ensino médio proporciona aos estudantes a chance de desenvolver habilidades práticas e se preparar adequadamente para o mercado de trabalho.
6. Realização de um Sonho Pessoal:
 - o Muitos estudantes permanecem no PROEJA pela oportunidade de realizar um sonho pessoal. A busca por objetivos individuais e a concretização de aspirações pessoais são aspectos motivadores que influenciam a decisão de continuar no programa.



Folder-frente

REFERÊNCIAS

MOURA, Dante Henrique. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA: entre potencialidades e entraves diante de projetos societários em disputa. *EPT em Revista*, v. 1, p. 5-26, 2017.

NÓBILE, Vânia do Carmo. **A trajetória do PROEJA EM) nos Institutos Federais (2005-2020)**. 266 f. il. Tese (doutorado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.

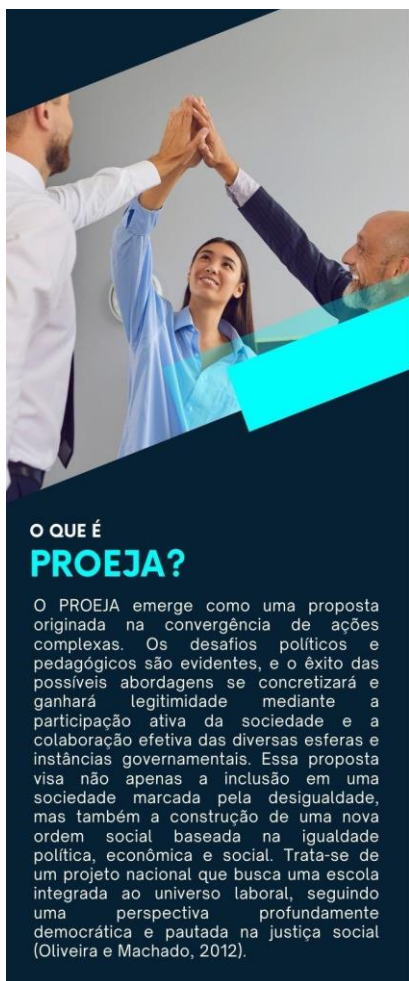
OLIVEIRA, Edna Castro de; MACHADO, Maria Margarida. O desafio do PROEJA como estratégia de formação dos trabalhadores. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antônio Henrique e FERREIRA, Maria José de Resende (org.). **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. 1 ed. Brasília: Liber Livro Editora Ltda., 2012.




RAZÕES PARA PERMANECER

**RONIELLE BATISTA OLIVEIRA SANTOS
JOSÉ ESPÍNOLA DA SILVA JÚNIOR**

Produto educacional apresentado ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe



O QUE É PROEJA?

O PROEJA emerge como uma proposta originada na convergência de ações complexas. Os desafios políticos e pedagógicos são evidentes, e o êxito das possíveis abordagens se concretizará e ganhará legitimidade mediante a participação ativa da sociedade e a colaboração efetiva das diversas esferas e instâncias governamentais. Essa proposta visa não apenas a inclusão em uma sociedade marcada pela desigualdade, mas também a construção de uma nova ordem social baseada na igualdade política, econômica e social. Trata-se de um projeto nacional que busca uma escola integrada ao universo laboral, seguindo uma perspectiva profundamente democrática e pautada na justiça social (Oliveira e Machado, 2012).

HISTÓRICO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi inicialmente estabelecido pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, com o nome de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

A criação do Proeja resultou de uma decisão governamental destinada a atender à crescente demanda de jovens e adultos por educação profissional técnica de nível médio, um grupo frequentemente excluído tanto dessa modalidade educacional quanto do próprio ensino médio em muitos casos. Inicialmente, o programa foi implementado utilizando a infraestrutura da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Moura, 2017).

Posteriormente, por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, o programa foi expandido em termos de alcance e aprofundou seus princípios pedagógicos, passando a ser chamado de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O Proeja agora abrange diversas modalidades de cursos para jovens e adultos, incluindo a educação profissional técnica integrada ao ensino médio, concomitante ao ensino médio e diversas opções de qualificação profissional, seja integrada ou concomitante ao ensino fundamental ou médio.

Além disso, o Proeja atende ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio de programas específicos, como o Programa Mulheres Mil, o ProJovem Urbano e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific). O objetivo é ampliar a oferta de Educação Profissional Tecnológica (EPT) integrada à educação básica, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024.

É PRECISO DIZER QUE...

Um agravante na realidade brasileira refere-se à significativa presença de jovens na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em grande parte devido a dificuldades de permanência e insucesso no ensino fundamental convencional. Apesar de ter praticamente solucionado o problema do acesso para todas as crianças, o Brasil não conseguiu garantir qualidade nas redes de ensino, resultando na falta de permanência e aprendizado adequado.

Além disso, as desigualdades socioeconômicas persistem, levando famílias a recorrerem ao trabalho infantil como alternativa para complementar a renda, comprometendo o tempo de infância e escola. Como resultado, muitos desses jovens retornam mais tarde à EJA, reconhecendo a importância da educação em suas vidas e associando a falta de oportunidades de trabalho à baixa escolaridade, isentando o sistema capitalista da responsabilidade pelo desemprego estrutural.

A EJA lida com indivíduos marginalizados pelo sistema, cujas características são acentuadas devido a fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados e trabalhadores informais representam de maneira emblemática as diversas formas de exclusão promovidas por uma sociedade brasileira que marginaliza grande parte da população economicamente, socialmente e culturalmente desfavorecida (Nobile, 2022).



Folder-fundo

TUTORIA E PRÁXIS:

UM CAMINHO PARA FORTALECER O PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM
DESENHO E CONSTRUÇÃO CIVIL NA EJA DO
CAMPUS ARACAJU DO IFS

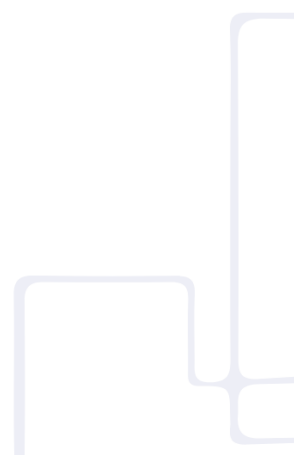


RONIELLE BATISTA OLIVEIRA SANTOS
JOSÉ ESPÍNOLA DA SILVA JÚNIOR
ELZA FERREIRA

**TUTORIA E PRÁXIS: UM CAMINHO PARA
FORTALECER O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DO CURSO TÉCNICO EM DESENHO E CONSTRUÇÃO
CIVIL NA EJA DO CAMPUS ARACAJU DO IFS**

Produto educacional apresentado ao
Mestrado Profissional do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica do Instituto
Federal de Sergipe.

**ARACAJU
2024**



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 ASPECTOS POSITIVOS DO PPC	8
3 POSSÍVEIS MELHORIAS QUE PODEM SER FEITAS NO PPC	9
4 PROPOSTA DE TUTORIA PARA OS ESTUDANTES	12
4.1 O QUE É TUTORIA	13
4.2 QUEM DEVE PARTICIPAR?	14
4.3 QUE CARGA HORÁRIA?	15
4.4 COMO DEVE ACONTECER - QUE ETAPAS?	16
5 PROGRAMA DE TUTORIA PARA ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	17
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), por meio da Resolução nº 07/2018/CS/IFS, empreendeu uma significativa reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho e Construção Civil, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), oferecido pelo campus Aracaju. Este marco representa não apenas um compromisso institucional com a excelência educacional, mas também uma resposta às demandas em constante evolução do mercado de trabalho e às necessidades educacionais dos estudantes



FONTE: HOMEPAGE DO IFS



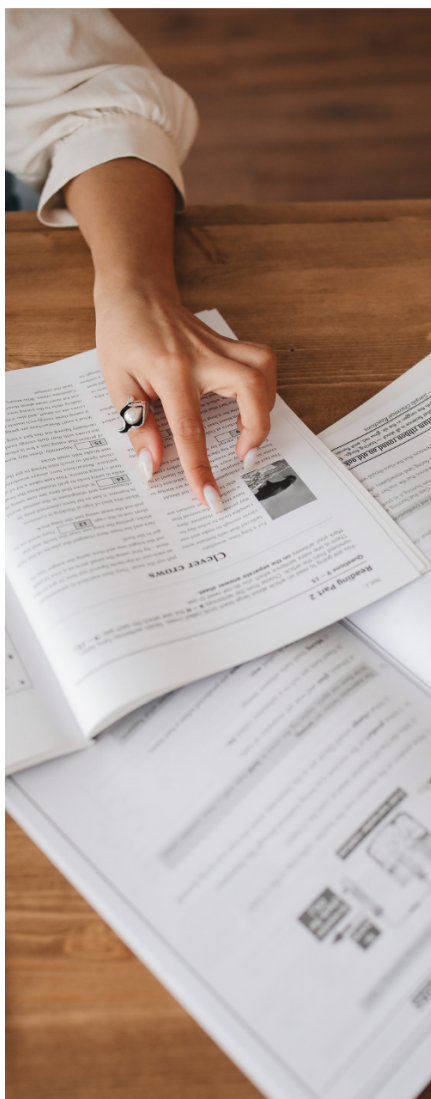
Com base nessa premissa, surge a necessidade de não apenas conceber um projeto pedagógico robusto, mas também de implementar práticas que fortaleçam sua execução e impacto. Nesse contexto, apresentamos este produto educacional que visa potencializar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do referido curso por meio da integração da práxis educacional com o suporte personalizado de uma tutoria.

A Resolução nº 07/2018/CS/IFS, emitida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), marca um importante passo na reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho e Construção Civil, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), oferecido pelo campus Aracaju do referido instituto.

Sob a égide das atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e pelo Estatuto do IFS, a resolução aprova a reformulação mencionada, tendo em consideração o Processo IFS nº 23290.001529/2017-84 e a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior ocorrida em 23 de fevereiro de 2018.

O documento confere aprovação à reformulação do referido projeto pedagógico, definindo os parâmetros que nortearão o ensino do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho e Construção Civil na modalidade EJA, destacando a localidade de oferta, carga horária, regime, turno, duração do curso e forma de oferta.

A reformulação visa adequar o curso às demandas atuais do mundo do trabalho, bem como às necessidades dos estudantes, possibilitando uma formação técnica humanística, crítica, reflexiva, emancipadora e alinhada às exigências do setor da construção civil. Por meio de uma abordagem integrada ao ensino médio, busca-se promover uma educação de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos jovens e adultos na escola.



O Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho e Construção Civil foi reformulado e aprovado para estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento do currículo, critérios de avaliação, requisitos de acesso, perfil profissional almejado, instalações necessárias, além de detalhar o corpo docente e técnico-administrativo responsável pela execução do curso.

No entanto, a oferta foi descontinuada e, no ano de 2022, foi divulgado o último edital para a modalidade PROEJA no campus Aracaju. A descontinuidade desse programa é sem sombra de dúvidas um retrocesso na educação de jovens que precisam de uma nova oportunidade para voltar à sala de aula.

A interrupção de programas como o PROEJA, destinado à Educação de Jovens e Adultos, representa um desafio significativo no contexto brasileiro. Nos últimos anos, cortes de investimentos e o fim de órgãos e programas essenciais para a EJA têm sido observados.

A introdução da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos em 2016 e o encerramento da Secadi em 2019 foram fatores que contribuíram para essa problemática. A escassez de recursos financeiros adequados tem gerado impactos adversos na EJA, resultando na exclusão social de trabalhadores.

Além disso, a ausência de iniciativas, redes de financiamento e propostas desde 2020 tem exacerbado essa situação, levando-a a uma condição trágica. A falta de um olhar específico para esse público também tem representado um obstáculo, impedindo a implementação de abordagens bem-sucedidas. No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos é caracterizada por políticas públicas insuficientes para suprir a demanda potencial e assegurar o direito à educação conforme preconizado na Constituição Federal de 1988.

Diante do exposto, nosso produto educacional aborda dois aspectos do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho de Construção Civil: aspectos positivos e aspectos negativos com vistas a melhorias. Na primeira parte, destacamos os pontos fortes do PPC, como seus objetivos claros, perfil profissional alinhado às demandas do mercado, acesso inclusivo, organização curricular flexível, enfoque na prática profissional e vivências reais. Em seguida, exploramos as áreas passíveis de melhorias, incluindo atualização curricular, inclusão de disciplinas sobre sustentabilidade, fortalecimento de atividades práticas e estágios, aprimoramento da avaliação dos alunos, promoção da diversidade e inclusão, melhoria da infraestrutura, entre outros, para talvez assim, haja uma nova abertura de novas turmas, e a retomada da modalidade no campus onde a pesquisa foi realizada.



Na segunda parte do produto, propomos a implementação de um programa de tutoria para os estudantes do curso técnico em Desenho de Construção Civil. Essa proposta visa oferecer um acompanhamento mais próximo e individualizado aos alunos ao longo de sua jornada acadêmica, proporcionando orientação especializada, apoio na resolução de dúvidas, discussão de casos práticos, orientação sobre projetos acadêmicos e profissionais, networking e conexão com oportunidades de estágio e emprego. O programa seria estruturado em etapas, incluindo identificação de necessidades, match entre mentor e aluno, estabelecimento de objetivos, planejamento e realização de sessões, acompanhamento e avaliação, e encerramento do programa.

Ambas as partes do produto educacional visam promover uma formação mais completa e alinhada às demandas do mercado de trabalho para os estudantes do curso técnico em Desenho de Construção Civil, preparando-os para os desafios reais da área e contribuindo para seu sucesso acadêmico, profissional e pessoal.

2 ASPECTOS POSITIVOS DO PPC

O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL APRESENTA UMA SÉRIE DE ASPECTOS POSITIVOS QUE O TORNAM RELEVANTE E ADEQUADO ÀS DEMANDAS ATUAIS DO MUNDO DO TRABALHO E ÀS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES. DESTACAM-SE OS SEGUINTE PONTOS:

- **Objetivos claros e abrangentes:** O PPC define objetivos gerais e específicos que visam formar profissionais técnicos capacitados não apenas em habilidades técnicas específicas, como leitura e interpretação de projetos de construção civil, mas também em valores éticos e políticos, promovendo uma formação integral.
- **Perfil profissional alinhado às demandas do mundo do trabalho:** O curso busca formar profissionais aptos a interpretar e representar desenhos técnicos de projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações prediais elétricas e hidrossanitárias. Além disso, prepara os alunos para aplicar normas e legislações pertinentes à construção civil, garantindo sua inserção qualificada no mundo do trabalho.
- **Acesso inclusivo:** O processo seletivo para ingresso no curso é regulado por edital próprio e avalia os conhecimentos adquiridos pelos candidatos, possibilitando a entrada de jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental ou equivalente, mas não possuem o Ensino Médio, ampliando assim o acesso à educação técnica.
- **Organização curricular flexível e integrada:** O PPC adota uma concepção de educação que valoriza a articulação entre teoria e prática, integrando diferentes áreas de conhecimento e promovendo a interdisciplinaridade. A estrutura curricular permite a realização de atividades complementares e projetos integradores, enriquecendo a formação dos alunos e preparando-os para desafios reais do mundo do trabalho.
- **Enfoque na prática profissional e vivências reais:** O curso prioriza a prática profissional, proporcionando aos alunos vivências no sistema produtivo e atividades transpostas do mundo do trabalho. Isso garante uma formação mais completa e alinhada às demandas e práticas da área de construção civil.

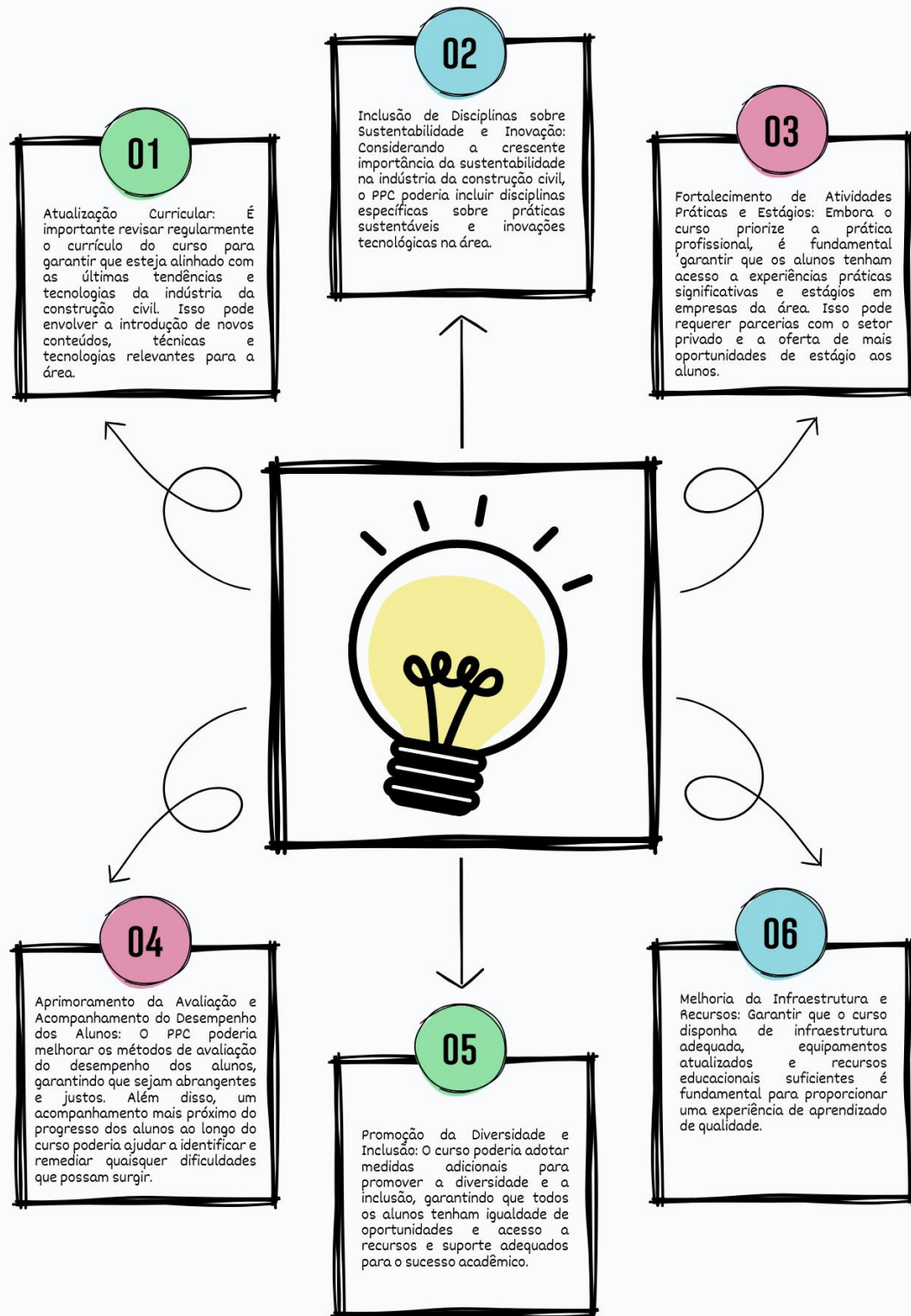


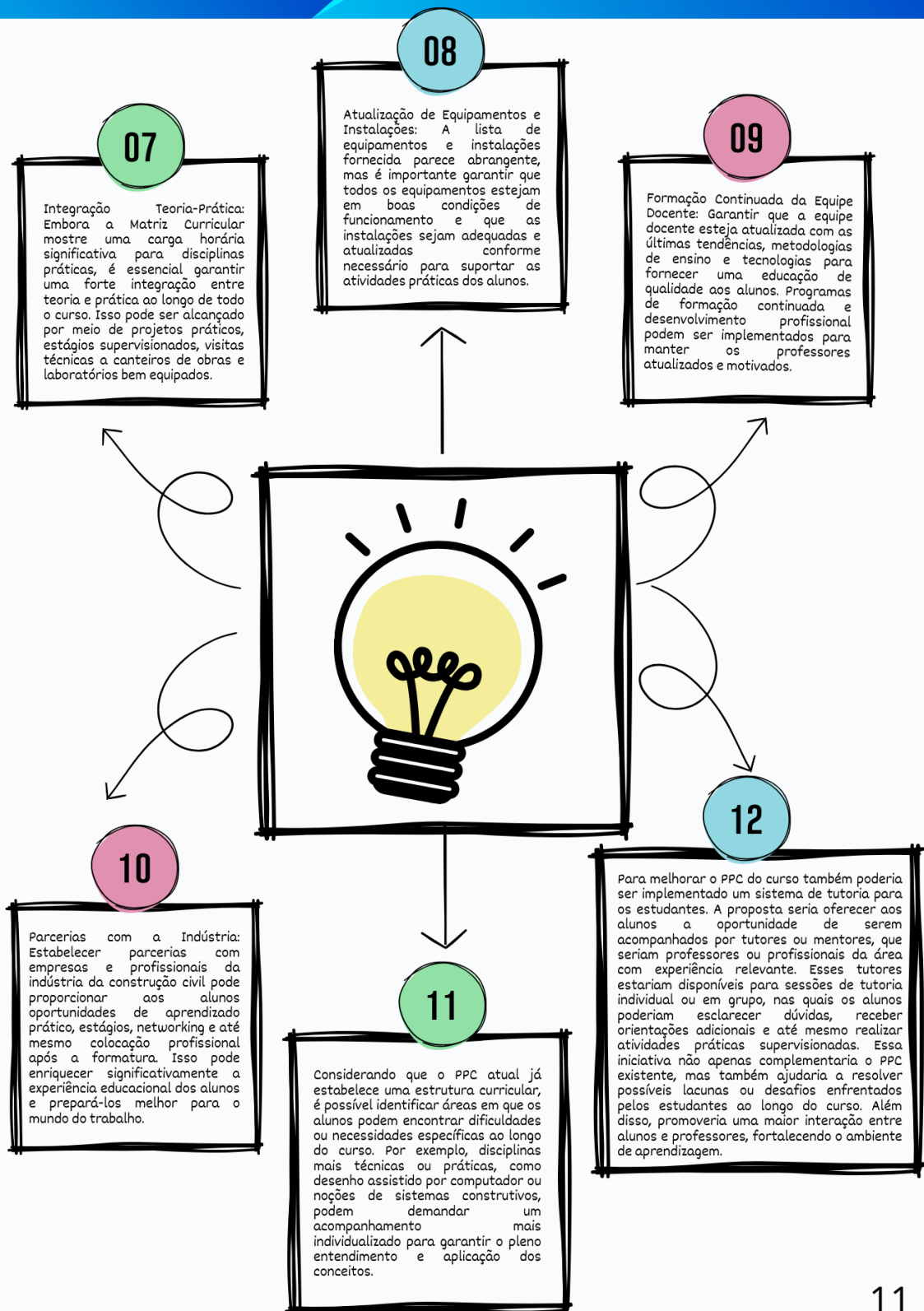
3 POSSÍVEIS MELHORIAS QUE PODEM SER FEITAS NO PPC



Embora o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho de Construção Civil apresente várias qualidades, há também áreas que podem ser melhoradas para aprimorar ainda mais a qualidade do curso. Alguns aspectos que podem ser considerados para melhorias são:







4 PROPOSTA DE TUTORIA PARA OS ESTUDANTES



A proposta de tutoria para os estudantes do curso técnico em Desenho de Construção Civil visa aprimorar a qualidade da formação oferecida, proporcionando aos alunos um acompanhamento mais próximo e individualizado ao longo de sua jornada acadêmica. Esta iniciativa se baseia na ideia de que o suporte personalizado de tutores ou mentores pode contribuir significativamente para o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal dos estudantes.

Em primeiro lugar, a proposta envolve a seleção criteriosa de tutores ou mentores qualificados e experientes, que possuam sólido conhecimento na área de desenho de construção civil e experiência relevante no mundo do trabalho. Esses profissionais atuarão como guias e facilitadores do aprendizado, oferecendo orientação especializada e compartilhando suas vivências e reflexões com os alunos.

As atividades de tutoria podem ocorrer em diferentes formatos, incluindo sessões individuais, em grupo ou virtuais, conforme a conveniência e as necessidades dos alunos. Durante esses encontros, os tutores ou mentores poderão abordar uma variedade de temas, como esclarecimento de dúvidas, revisão de conceitos, discussão de casos práticos, orientação sobre projetos acadêmicos e profissionais, entre outros.

Além disso, a proposta prevê a integração da tutoria ao currículo do curso, de modo a complementar as atividades de ensino e aprendizagem realizadas em sala de aula. Os tutores ou mentores poderão trabalhar em estreita colaboração com os professores, auxiliando na identificação de necessidades específicas dos alunos e na elaboração de estratégias pedagógicas adequadas para atendê-las.

Outro aspecto importante da proposta é a promoção da interação e do networking entre alunos e profissionais da área. Os tutores ou mentores poderão conectar os estudantes a oportunidades de estágio, emprego ou projetos de pesquisa, ampliando suas perspectivas de carreira e possibilitando o desenvolvimento de contatos profissionais.

Por fim, a proposta contempla a avaliação contínua e aprimoramento do programa de tutoria, por meio de feedback dos alunos, acompanhamento do desempenho acadêmico e monitoramento dos resultados alcançados. Dessa forma, será possível garantir a eficácia e a relevância dessa iniciativa para a formação integral e o sucesso dos estudantes do curso técnico em Desenho de Construção Civil.

4.1 O QUE É TUTORIA

A tutoria é mais frequentemente associada a um suporte educacional mais direto e imediato, em que um tutor fornece assistência específica em uma disciplina ou área de estudo. O tutor geralmente trabalha de forma mais próxima com o tutelado, oferecendo ajuda com tarefas acadêmicas, esclarecimento de dúvidas, revisão de conceitos e prática de habilidades. Assim, a tutoria é frequentemente focada em questões acadêmicas ou técnicas específicas.

Um exemplo de tutoria é a empreendida por Gomides, Macedo e Almeida (2023), a tutoria social voluntária, um projeto desenvolvido pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) com o objetivo de proporcionar apoio e acompanhamento aos estudantes estrangeiros que estudam na instituição. Esse projeto ganhou relevância, especialmente durante a pandemia de Covid-19, quando muitos estudantes estrangeiros retornaram aos seus países de origem.



4.2 QUEM DEVE PARTICIPAR?

Várias partes interessadas podem se beneficiar e participar do programa de tutoria proposto para os estudantes. Aqui estão algumas categorias de participantes que podem se envolver:

- Estudantes:** Os próprios alunos são os principais destinatários desse programa. Eles podem se beneficiar do apoio, orientação e reflexões oferecidos pelos tutores ou mentores para melhorar seu desempenho acadêmico, desenvolver habilidades específicas, esclarecer dúvidas e navegar por desafios pessoais e profissionais durante o curso.

- Professores:** Professores experientes e qualificados podem atuar como mentores ou tutores para os alunos. Eles podem oferecer sua expertise em uma disciplina específica, compartilhar suas experiências de ensino e pesquisa, e orientar os alunos em projetos acadêmicos e atividades práticas.

- Profissionais da área:** Profissionais com experiência relevante no campo de estudo do curso podem ser recrutados como mentores externos. Eles podem oferecer uma perspectiva prática sobre a aplicação do conhecimento acadêmico no mundo real, fornecer conselhos de carreira e compartilhar reflexões sobre tendências e desafios do setor.

- Alumni:** Ex-alunos bem-sucedidos do curso podem servir como mentores inspiradores para os alunos atuais. Eles podem compartilhar suas jornadas profissionais após a graduação, oferecer conselhos sobre networking, oportunidades de emprego e desenvolvimento de carreira, e fornecer reflexões sobre como aproveitar ao máximo a experiência universitária.

- Coordenadores de curso e orientadores acadêmicos:** Os coordenadores de curso e orientadores acadêmicos desempenham um papel fundamental na implementação e coordenação do programa de tutoria. Eles podem identificar as necessidades dos alunos, fazer a correspondência entre tutores e mentores, monitorar o progresso dos participantes e fornecer suporte administrativo e logístico.

Ao envolver uma ampla gama de participantes, incluindo estudantes, professores, profissionais da área, alunos, alunas, alunes e coordenadores de curso, o programa de tutoria pode oferecer uma variedade de perspectivas, experiências e recursos para promover o sucesso acadêmico e profissional dos alunos.



4.3 QUE CARGA HORÁRIA?



A carga horária ideal para o programa de tutoria pode variar dependendo de vários fatores, incluindo a disponibilidade dos participantes, as necessidades dos alunos e os recursos institucionais. No entanto, é importante equilibrar a quantidade de tempo dedicado à tutoria para garantir que seja eficaz e sustentável para todas as partes envolvidas. Aqui estão algumas considerações sobre a carga horária:

- Flexibilidade: É importante oferecer flexibilidade na carga horária para acomodar as diferentes disponibilidades de alunos e mentores. Alguns alunos podem preferir sessões mais curtas e frequentes, enquanto outros podem preferir sessões mais longas e menos frequentes. Da mesma forma, os mentores podem ter compromissos profissionais e pessoais que limitam sua disponibilidade.

- Sessões individuais e em grupo: O programa pode incluir tanto sessões individuais como em grupo, dependendo das necessidades dos alunos e dos recursos disponíveis. Sessões individuais permitem um foco mais personalizado nas necessidades de cada aluno, enquanto sessões em grupo podem promover a colaboração, o networking e a troca de experiências entre os participantes.

- Carga horária mínima: Para garantir a eficácia do programa, pode ser estabelecida uma carga horária mínima recomendada para os participantes. Isso pode incluir um número mínimo de sessões ou horas de tutoria ao longo de um período específico, garantindo que os alunos recebam um nível adequado de apoio e orientação.

- Avaliação contínua: É importante realizar uma avaliação contínua do programa para garantir que a carga horária seja adequada e atenda às necessidades dos alunos. Isso pode envolver a coleta de feedback dos participantes, monitoramento do progresso acadêmico e profissional dos alunos e ajustes conforme necessário com base nos resultados obtidos.

- Utilização eficiente do tempo:

Tanto os alunos quanto os mentores têm outras demandas em suas agendas, portanto, é importante garantir que o tempo dedicado às sessões de tutoria seja utilizado de forma eficiente e produtiva. Isso pode envolver a definição de objetivos claros para cada sessão, preparação prévia por parte dos participantes e foco nas necessidades prioritárias dos alunos.

4.4 COMO DEVE ACONTECER - QUE ETAPAS?



O processo de tutoria deve ser estruturado e organizado em etapas para garantir que seja eficaz e produtivo para todos os envolvidos. Aqui estão algumas etapas que podem ser seguidas:

- Identificação de necessidades: Antes de iniciar o programa de tutoria, é importante identificar as necessidades dos alunos e os objetivos do programa. Isso pode envolver a realização de pesquisas, entrevistas ou questionários para entender as áreas em que os alunos precisam de apoio e orientação.

- Match entre mentor e aluno: Com base nas necessidades identificadas, os alunos podem ser pareados com mentores que tenham experiência relevante e habilidades complementares. É importante considerar não apenas a expertise profissional do mentor, mas também sua personalidade, estilo de comunicação e valores para garantir uma boa relação de trabalho.

- Estabelecimento de objetivos: Uma vez que os alunos tenham sido pareados com mentores, é importante estabelecer objetivos claros para o programa de tutoria. Isso pode incluir metas acadêmicas, profissionais e pessoais que os alunos desejam alcançar durante o curso do programa.

- Planejamento das sessões: As sessões de tutoria devem ser planejadas com antecedência para garantir que sejam produtivas e focadas nos objetivos estabelecidos. Isso pode incluir a definição de uma agenda para cada sessão, a preparação de materiais de apoio e a atribuição de tarefas para os alunos entre as sessões.

- Realização das sessões: Durante as sessões de tutoria, os alunos têm a oportunidade de discutir seus desafios, receber feedback, explorar soluções e desenvolver habilidades práticas. As sessões podem ocorrer pessoalmente, por telefone, vídeo chamada ou em plataformas de comunicação online, dependendo da disponibilidade dos participantes.

- Acompanhamento e avaliação: Após cada sessão, é importante realizar um acompanhamento para avaliar o progresso dos alunos e identificar áreas que precisam de mais atenção. Isso pode envolver a revisão dos objetivos estabelecidos, a definição de novas metas e a adaptação do programa conforme necessário.

- Encerramento do programa: Ao final do programa de tutoria, é importante realizar uma avaliação final para revisar os resultados alcançados e destacar os aprendizados obtidos. Isso pode incluir a preparação de relatórios de progresso, certificados de participação e planos de ação para continuar o desenvolvimento dos alunos após o término do programa.

5 PROGRAMA DE TUTORIA PARA ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL





1. Identificação de Necessidades:

- Realizar uma pesquisa inicial com os estudantes para identificar suas necessidades específicas de tutoria.
- Avaliar habilidades técnicas, dificuldades acadêmicas, metas profissionais e quaisquer outras áreas que os alunos desejem desenvolver.

2. Tutor e Aluno:

- Selecionar tutores na área de Desenho de Construção Civil.
- Basear o processo de seleção considerando a compatibilidade de habilidades, interesses e objetivos entre os mentores e os alunos.

3. Estabelecimento de Objetivos:

- Realizar uma reunião inicial entre mentor e aluno para discutir e estabelecer objetivos específicos e mensuráveis para o programa de tutoria.
- Definir metas de curto e longo prazo que se alinhem com as necessidades identificadas dos alunos.

4. Planejamento e Realização de Sessões:

- Agendar sessões regulares de tutoria com base na disponibilidade do tutor e do aluno.
- Desenvolver um plano de ação detalhado para cada sessão, abordando tópicos como revisão de conceitos, resolução de problemas, prática de habilidades técnicas e discussão de projetos.

5. Acompanhamento e Avaliação:

- Monitorar o progresso dos alunos ao longo do programa de tutoria, registrando conquistas e identificando áreas que necessitam de mais atenção.
- Realizar avaliações periódicas para avaliar a eficácia do programa e fazer ajustes conforme necessário.

6. Encerramento do Programa

- Conduzir uma reunião de encerramento entre mentor e aluno para revisar os objetivos alcançados e discutir os próximos passos.
- Fornecer feedback construtivo e orientação para o desenvolvimento contínuo dos alunos após o término do programa de tutoria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e a implementação do produto educacional proposto são passos fundamentais para fortalecer o Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Desenho e Construção Civil na modalidade EJA do campus Aracaju do IFS. Ao considerar os aspectos positivos do PPC e as possíveis melhorias identificadas, assim como a proposta de implementação de um programa de tutoria para os estudantes, é possível promover uma formação mais completa e alinhada às demandas do mercado de trabalho.

É importante ressaltar que a educação não se limita apenas ao ambiente da sala de aula; ela se estende para além disso, abrangendo o apoio individualizado, a orientação especializada e as experiências práticas. A proposta de tutoria representa um passo significativo na direção de proporcionar aos alunos do curso técnico em Desenho e Construção Civil uma educação mais personalizada e adaptada às suas necessidades e objetivos individuais.

Ao envolver uma variedade de partes interessadas, incluindo estudantes, professores, profissionais da área, alumni e coordenadores de curso, o programa de tutoria pode oferecer uma abordagem holística e abrangente para o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal dos alunos. Além disso, ao garantir uma carga horária adequada e flexível, e realizar uma avaliação contínua do programa, é possível assegurar sua eficácia e relevância a longo prazo.

Em última análise, o objetivo final do produto educacional é capacitar os estudantes para enfrentar os desafios reais da área de construção civil, preparando-os não apenas com habilidades técnicas, mas também com uma mentalidade crítica, ética e colaborativa.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Fabiana Marini et al.
Conversas interativas virtuais em um Programa Híbrido de Tutoria: temas tratados e abordagens adotadas de professoras experientes-mentoras. ETD Educação Temática Digital, v. 22, n. 3, p. 712-730, 2020.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz;
MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; DE ALMEIDA, Grazielly Aparecida. Mobilidade acadêmica e internacionalização: a experiência da UFSJ com o Programa de Tutoria Social Voluntária. Revista Internacional de Educação Superior, v. 11, p. e025006-e025006, 2023.

PPC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Resolução nº 07/2018/CS/IFS. Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenho e Construção Civil, na modalidade EJA, ofertado pelo campus Aracaju do IFS. Aracaju, 13 de março de 2018.



